



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**



**DÉBORA LEILANE SOARES SOUZA**

**ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: Sua contribuição para a formação do  
Estado Nacional Brasileiro.**

Picos – PI  
2012

**DÉBORA LEILANE SOARES SOUZA**

**ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: Sua contribuição para a formação do  
Estado Nacional Brasileiro.**

Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura Plena em História, do Campus  
Senador Helvídio Nunes de Barros, da  
Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

DÉBORA LEILANE SOARES SOUZA

**ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: Sua contribuição para a formação do  
Estado Nacional Brasileiro.**

Aprovada em \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. Mary Lucia Alves de Carvalho - Examinadora Interna

---

Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Examinador Externo

---

Prof. Dr. Francisco de Assis do Nascimento - Suplente

A Deus.

A minha família e aos amigos de curso.

Ao Anderson.

## **AGRADECIMENTOS**

Nenhuma grande batalha é concebida sem que tenha sido precedida de desafios. Foram quatro anos e meio de inúmeras batalhas. Chegar aqui não foi fácil, e se hoje celebro essa vitória é porque junto a mim sempre estiveram pessoas que me proporcionaram além de um extenso carinho e amor o conhecimento da integridade e perseverança. Por esta razão meu agradecimento primordial a Deus, por ser determinante de tudo.

Aos meus pais Alda e Carlos pelo amor incondicional, pela confiança, pelo apoio e pelo intuito de sempre objetivar o melhor para minha formação.

A minha irmã Candyce pela cumplicidade e pelo amor imensurável que é de uma reciprocidade incrível.

A meu namorado Anderson pela paciência, compreensão pelo incentivo e pelo amor a mim devotado.

A minha família (tios, tias, primos, primas) pela torcida por minha vitória.

A meu orientador Prof. Dr. Johny Santana de Araújo pela disponibilidade, paciência, incentivo, pela amizade e acima de tudo por acreditar em mim quando diversas vezes pensei em desistir.

A Universidade Federal do Piauí, a coordenação de História, ao CNPQ – PIBIC, a todos os professores do Curso de Licenciatura em História, que fizeram parte da minha história.

Aos meus queridos amigos de sala Arnon, Juninho, Fernando, Thales, Breno, Ângela, Ariane, pela alegria e companheirismo.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste ideal, meu sincero obrigado!

*O nosso velho Imperio, de quem nunca fomos thuriferarios, respeitava muito mais ao direito e a moral do que as nossas jovens republicas; de modo que em vez de lucramos, fomos enormemente lesados com a troca, a experiênciã tem nos custado desmasiado caro, para ser continuada.*

*(Antonio Coelho Rodrigues 1906, p. 83 )*

## RESUMO

A presente intervenção tem por objetivo, com base no livro a “República na América do Sul” (1906) de autoria de Antonio Coelho Rodrigues, observar a perspectiva deste acerca do projeto de nação dentro da História do pensamento Político do Brasil nos últimos anos do século XIX e início do século XX, período marcado pela difícil fase de transição da Monarquia para a República. Esta, a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, visa buscar um conhecimento maior sobre o “objeto” ora estudado, no intuito de mostrar a importância deste para a formação do Projeto de Nação, haja vista que a presente pesquisa desenvolvida sob os referenciais de Projeto de Nação e da perspectiva do republicanismo presentes na obra de Antônio Coelho Rodrigues é necessária para que se possa visualizar e refletir dentro dos parâmetros da época as transformações ocorridas no Brasil frente às novas concepções ideológicas, sociais, econômicas, religiosas e, sobretudo, políticas, principalmente por esta última ser vista como limitadora do regime de governo que estava a se instalar. Por fim, cabe mencionar que a pesquisa procura contemplar a extensão da contribuição de suas idéias do autor para a compreensão da História Política do Brasil, assim como para a formação do Estado Nacional Brasileiro, frente à difícil transição ao Império para a República no Brasil.

**Palavras - chave:** Antonio Coelho Rodrigues. Construção. Projeto de nação.

## ABSTRACT

The present intervention has the objective, based on the book "Republic in South America" (1906) written by Antonio Rodrigues Coelho, noted on the the prospect of this project in the nation's history Political Thought of Brazil in recent years of the nineteenth and early twentieth century, period marked by the difficult transition phase of Monarchy to Republic. This, from one bibliographic research was of exploratory nature, aims seeking a greater understanding about the "object" sometimes studied, in order to show the importance of this to the formation of the Nation Project, given that the present research developed under the Project of referential Nation and the prospect of republicanism present in the work of Antonio Rodrigues Coelho is necessary so that we can see and reflect within the parameters of the time the changes occurring in Brazil due to the new ideological concepts, social, economic, religious and above all , politics, especially by the latter being perceived as limiter of the system of government that was to be installed. Ultimately, is worth mentioning that the research seeks to contemplate the extent of contribution of of the author ideas for understanding the political history of Brazil, as well as for the formation of Brazilian National State, front difficult transition to the Empire to the Republic in Brazil.

**Words - key:** Antonio Rodrigues Coelho. Construction. Project of the nation.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - OCASO DO IMPÉRIO : O rompimento das velhas amarras .....	13
1.1 O fim da escravidão: um grande desafio ao Império.....	15
1.2 O Positivismo: “ordem e progresso” .....	23
1.3 Império versus Igreja .....	26
1.4 A “Questão Militar”: A busca pela afirmação.....	30
CAPÍTULO 2 - A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DENTRO DA CRISE DO BRASIL-IMPÉRIO.....	36
CAPÍTULO 3 - ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: Sua contribuição para a formação do Estado Nacional Brasileiro. ....	49
3.1 Um pouco sobre Antônio Coelho Rodrigues.....	54
3.2 A Construção de uma Nação em Antonio Coelho Rodrigues .....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
REFERÊNCIAS .....	68

## INTRODUÇÃO

Certo dia ouvi alguém dizer que você não escolhe seu objeto de pesquisa é escolhido por ele, essa máxima realmente se fez valer dentro do presente trabalho que se apresenta como resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo professor doutor Jonhy Santana de Araujo e subsidiado pelo CNPQ-PIBIC junto à Universidade Federal do Piauí, onde fui bolsista e no qual se procurou analisar, discutir e apontar a visão de Antonio Coelho Rodrigues acerca dos anos finais do século XIX e início do século XX assim como do projeto de nação proposto pelo mesmo para o Brasil dentro desse período.

Dessa forma, ao tentar estudar a história do Projeto de Nação proposto para o Brasil depara-se entre vencidos e vencedores com inúmeros discursos que tentaram buscar a parti da ideia pensada a respeito das diretrizes políticas, das questões sociais, territoriais e de poder, que davam sentido à nação, edificar uma identidade para o Brasil que pudesse justificar de forma mais convincente fatos que deram origem aos sistemas de governo que iriam administrar a nação e dá a esta configurações peculiares a cada época.

Assim, para que se possam entender os Projetos de Nação articulado entre os inúmeros discursos propostos pela historiografia brasileira, é necessário primeiramente fazer um levantamento referente aos elementos que construíram e fundamentam tal projeto, para que dessa forma, em um segundo momento, se consiga, diante da análise proposta, a compreensão da História Política do Brasil, levando em consideração sua contribuição para a formação do Estado Nacional Brasileiro entre o fim do Império e o início da República.

Dentro dessa perspectiva, foi escolhido para a presente análise o véis interpretativo proposto por Antônio Coelho Rodrigues sobre o fim do Império, a transição do Império para a República, e os primeiros anos de vigência desta, discurso analisado por meio do seu livro “A República na América do Sul” (1906), dentro destas linhas de interpretações optou-se por apreciar um discurso bem articulado e sólido referente a tal processo.

Compreender esse período tendo em vista as multifacetadas apresentados por Antônio Coelho Rodrigues é permite ver este período através de vários ângulos, uma vez que, este ora é apresentado por um Antônio Coelho Rodrigues monarquista moderado que defender ser a monarquia restaurada a única forma de conter a dissolução eminente do Brasil, ora é visualizado sob a óptica de um republicano desencantado pelo regime instalado, que apesar de aderir à República como forma de governo, não ver nenhuma mudança a parti desta, haja vista o Brasil, segundo o autor não esta preparado para o advento da República.

Nesse sentido, a partir das análises feitas sobre as falas de Antônio Coelho Rodrigues, ao propor o seu estudo pode-se perceber, o delinear de uma estratégia de governo, que acreditava na manutenção da Monarquia como meio de evitar a dissolução do Brasil, que vinha gradativamente perdendo todo o seu antigo prestígio, de forma a não mais conseguir manter bases sólidas no Império.

Assim, buscando contempla essas perspectivas de Antônio Coelho Rodrigues, acerca do Projeto de Nação proposto por este em sua obra “A República na América do Sul (1906)”, pode-se fazer uma observação pertinente referente aos elementos que perpassam a sua escrita e o mostra um sábio conhecedor de sua época e das necessidades enfrentadas pelo seu país.

Nesse contexto, diante da importância que se apresenta esse tipo de estudo dentro da conjuntura da História Política, e, observando a presença de discursos renovadores em plena ascensão, o presente ensaio vem propor a partir da análise referente à produção discursiva de Antônio Coelho Rodrigues presente no livro a “República na América do Sul (1906)”.

Portanto, a intervenção tem por objetivo, com base no livro a “República na América do Sul” (1906) observar a perspectiva contida neste acerca do projeto de nação dentro da História do pensamento Político do Brasil nos últimos anos do século XIX e início do século XX, período marcado pela difícil fase de transição da Monarquia para a República.

Para que fosse atingido o objetivo do presente ensaio, além do livro “A República na América do Sul” (1906) de autoria de Antonio Coelho Rodrigues foi feito uso de autores como Emília Viotte, José Murilo de Carvalho, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Maria Yedda Linhares, Boris Fausto, Jacques Le Goff, Arno Wehling, Celso Castro, Joaquim Nabuco, entre outros.

Dessa forma, superadas as primeiras colocações convém mencionar que este se compõe de três capítulos, onde no primeiro intitulado por “O Ocaso do Império: o rompimento das velhas amarras” estão traçados os principais motivos que levariam o Império ao seu fim, dentre estes foi dado uma abordagem a escravidão e a abolição da mesma, aquela que seria um dos principais alicerces da monarquia, ao positivismo corrente ideológica que “traria a ordem e o progresso” para o país, a “Questão Religiosa” intimamente ligada ao Império e a “Questão Militar” que segundo se pode o visualizar seria o estopim para o fim do Império. Essas questões conjugadas dariam lugar a Proclamação da República, assunto tratado no segundo capítulo.

Este, sob o título de “A Proclamação da República frente à Crise do Brasil - Império” trás em seu corpo teórico o desenrolar daqueles que seriam os acontecimentos antecedentes a proclamação da República, principalmente o papel desempenhado pelos militares frente as mudança de regime político, mencionando o quanto estava em voga a necessidade de se criar um o projeto de nação e como este foi proposto dentro do Brasil.

Por fim, o terceiro capítulo que tem por título “Antonio Coelho Rodrigues: Sua contribuição para a formação do Estado Nacional Brasileiro”, tenta descreve como esta conjuntura foi proposta por Antonio Coelho Rodrigues e como este dentro de sua obra “A República na America do Sul” (1906) propôs um projeto de nação para o Brasil. Cabe mencionar que neste procurou-se acima de tudo contemplar a extensão da contribuição de suas idéias para a compreensão da História Política do Brasil, assim como para a formação do Estado Nacional Brasileiro, na difícil transição ao Império para a República no Brasil partindo da busca pelo governo ideal.

Nota-se que o autor mais do que sistematizar uma conjunto de idéias referentes à nação, com a finalidade de evocar razões que justificassem o Brasil como Nação independente frente aos outros países americanos, nos mostrou ser um intelectual que se reverte conforme ache necessário para atender aquilo que ele chamou de “defender seu país”, ou seja, mais que um brilhante, singular, conciso, estudioso do Estado-nação Antonio Coelho Rodrigues apresenta-se em sua obra como um camaleônico, capaz de ir contra aquilo que todo o governo estipula só para que possa mover-se livremente em prol do seu país.

Como se pode perceber o intuito do trabalho, por meio de uma pesquisa que não visou esgotar o tema, mas estudá-lo dentro de uma das suas inúmeras possibilidades, mostrar dentro da conjuntura política do Brasil em fins do século XIX e início do século XX, a importância do projeto de nação proposto por Antonio Coelho Rodrigues dentro do rol de intelectuais que pensaram um projeto de Nação para o Brasil dentro da conjuntura que será abordada.

## CAPÍTULO I

### OCASO<sup>1</sup> DO IMPÉRIO <sup>2</sup>: O rompimento das velhas amarras

Com a Guerra do Paraguai a ideia de nação passou a ser disseminada por todo o cenário brasileiro, sendo constantes nos mais diferenciados âmbitos. Criar uma identidade nacional era necessidade extrema para o Brasil, como nos mostra Johnny Santana de Araújo,<sup>3</sup>

a Guerra do Paraguai deslocou homens de seus lares, recriou outros tantos espaços tecendo um amálgama que gerariam novos caminhos ao Brasil. Mas paralelo houve um processo de formação de um país. E hoje, compreender o Brasil e algumas especificidades regionais passa necessariamente pela compreensão de sua constituição enquanto Nação.

Como se percebe, o ideário de nação parecia “inevitável, assim como para as outras nações sul-americanas”,<sup>4</sup> fazia-se presente agora dentro das vozes brasileiras, que para além das amarras imperiais, levaria a população do Brasil a um status político nunca almejado antes.

A Monarquia já não era mais suficiente para abranger os anseios e expectativas dos brasileiros dos mais diversos níveis sociais, havia uma verdadeira descrença nas instituições imperiais, que estavam defasadas demais para atender as necessidades do povo. Nesse sentido, Emília Viotte<sup>5</sup> nos mostra que “os tronos estavam por toda parte abalados pelas transformações econômicas e sociais que, uma vez desencadeadas, determinaram necessariamente o desaparecimento do regime monárquico”.

Dentro desse contexto, além da necessidade de criação de uma identidade nacional para o país, outras questões colocariam o Império em crise como: o fim da escravidão que era cada vez mais sentido pelos grandes fazendeiros, o exército descontente que reclamava espaço na conjuntura política nacional, a igreja insatisfeita tinha seu poderio partilhado com o Imperador, o positivista que pregava a modernização conservadora do país entre outras.

---

<sup>1</sup>

<sup>2</sup> Ideia trazida por Oliveira Viana. Ver: VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2004,

<sup>3</sup> ARAÚJO, Johnny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**, Tese de Doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2009, p.12.

<sup>4</sup> RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de História e Crítica**. 2 Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>5</sup> COSTA, Emília Viotte da. **Da Monarquia à República**. 8 ed, ver. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, p. 390.

Analisando tal conjuntura, entre os fatores que acabariam por ensejar a decadência do Império, Emília Viotte da Costa<sup>6</sup> mostra que,

a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República promovida por meio de livros e jornais, a corrupção política e a deficiência administrativa do Império, a pernicioso influência do poder pessoal, a atuação do “numeroso partido republicano [...], a repercussão da Lei Áurea, a atitude da Armada e do Exército.

Percebe-se, desse modo que “em 1870 com o fim da Guerra do Paraguai, os setores políticos e sociais emergiram, sentiram-se liberados para dar mais vazão aos seus anseios por reformas”<sup>7</sup> e como versa Ângela Alonso a partir do movimento intelectual desenvolvido pós- guerra do Paraguai pode se apreender que,

do processo sociopolítico das últimas décadas do império, três dimensões são relevantes para entender a dimensão do movimento intelectual da geração de 1870. Primeiro, a configuração de um dilema intra-elite: a percepção da necessidade de reformas essenciais na organização da economia e do sistema político e o temor de abalar a ordem social abriram uma crise que desestabilizou o precário equilíbrio entre as facções da elite imperial e o fracasso imperial e enfraqueceu o regime monárquico. Segundo os recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais foram afetados tanto pela crise política quanto por uma modernização conservadora, gerando simultaneamente descontentamentos e possibilidades de expressá-los. Os contornos da população capacitada dilatavam: vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos. Terceiro, a combinação entre mudança social e crise política forçou a explicitação das assunções tácitas do universo cultural do Império no debate público.<sup>8</sup>

Com se pode visualizar o cenário tornava-se mais que propício para que as questões que despertavam o descontentamento dos brasileiros viessem à tona e junto fizesse decair as uma por uma as bases de sustentação do Império. E nesse diapasão inúmeros foram os fatores que concorreram para tal resultado e embora seja difícil dentre tantos fatores

---

<sup>6</sup> COSTA, 2007, p. 391.

<sup>7</sup> BASILE, Marcelo Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.267.

<sup>8</sup> ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimentos: a geração 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 42.

elegermos qual teve maior preponderância, é fato que a monarquia não suportou as dificuldades que se apresentaram mais visivelmente a partir de 1870.

Dentro dessa perspectiva Boris Fausto<sup>9</sup> ao tratar da crise do Império nos mostra que,

a partir da década de 1870 começou a surgir uma série de sintomas de crise do Segundo Reinado. Dentre eles, o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o exército e com a igreja. Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases de sociais de apoio.

Como se pode intuir a decadência do sistema imperial a cada dia se fazia mais próxima, diversos eram os setores da sociedade que estavam descontentes com a política do governo e a junção da insatisfação desses seguimentos levaria o Império a viver seus últimos anos, até que em 1889 fosse então proclamada de República.

Assim, para que seja possível compreender melhor os problemas enfrentados pela monarquia nesse período, serão analisadas a priori as consagradas questões que desencadeadas durante as últimas décadas do século XIX, levariam o advento republicano.

### **1.1 O fim da escravidão: um grande desafio ao Império**

As transformações que iriam desencadear a descrença nas instituições monárquicas e conseqüentemente o advento do novo sistema de governo, a República, são traçadas por inúmeros autores<sup>10</sup> a partir de acontecimentos despendidos em cortes temporais diversos. Partindo desse pressuposto, qual seria o marco temporal no qual se deve partir para estabelecer o início da derrocado do império?

Ao tratar desse assunto, observa-se que é necessária bastante cautela para que equívocos sejam evitados, uma vez que como o contexto imperial no Brasil em meados do século XIX passava por momentos conturbados originados por várias questões desenvolvidas em momentos díspares. Dessa forma, seria muito arriscado afirmar que a crise no Império brasileiro originou-se por meio de um único acontecimento gestado em uma só data, que levaria toda uma época a reder-se a uma nova forma de organização política.

---

<sup>9</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1º reimpressão. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2009, p. 217.

<sup>10</sup> Autores período Emília Viotte da Costa, Marcelo Basile, José Murilo de Carvalho, Oliveira Viana entre outros.

Partindo dessa premissa é perceptível que a crise que originaria o fim do Império foi se construindo ao longo do período de vivência deste, não sendo, pois, consequência apenas dos acontecimentos despendidos entre 1887 a 1889, pelo contrário, a maior parte destas ideias possui origem nas diversas fases pelas quais o Império passou no Brasil.

Segundo Neves<sup>11</sup> mostra havia “uma nova concepção de tempo e de história acompanha as múltiplas mudanças que, aproximadamente entre 1870 e a primeira grande guerra de 1914, se multiplicava em todos os âmbitos”. O tempo é visto como propulsor das necessárias mudanças que ocorreriam entre os anos finais de século XIX e início do século XX, que daria início a uma nova forma de gerir o poder.

Dentro desse contexto, para visualizar os motivos que levariam a decadência da Monarquia no Brasil e posteriormente a proclamação da República é de suma importância analisar as mudanças de comportamento advindas a partir de 1870 com o “Manifesto Republicano”.

Com este o descontentamento com a Monarquia passaria a ser visualizado de maneira mais dinâmica e junto ao emaranhado de ideias que estavam sendo propostas como resposta as novas demandas da modernidade, que gradativamente, vinham se instalando no cenário nacional, encontravam o cenário perfeito para que a promoção de um novo sistema de governo que atendesse as expectativas e os sonhos frustrados pela monarquia, para tanto era primeiramente rompe algumas barreiras propostas pelo pensamento tradicional.

De fato, inúmeras eram as ideias propagadas frente às tradicionais, dentro deste vasto leque, algumas representavam um verdadeiro desafio ao sistema monárquico, como por exemplo, o pensamento antiescravista que segundo autor Oliveira Viana<sup>12</sup> nos mostra vinha “trabalhando a nossa consciência liberal desde os primeiros dias da Independência, e a muitos espíritos parecia que a independência da nacionalidade se devia acompanhar, para ser completa e também para ser lógica, da independência do homem negro”.

Analisando tal contexto, Marcelo Basile<sup>13</sup> aponta que,

no decorrer da década de 1870, houve um aceleração do processo histórico de derrocada do sistema político imperial. O Império brasileiro passaria então, por momentos decisivos, que apontariam claramente em direção ao fim do regime. No centro dessas novas demandas estava a questão

---

<sup>11</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 22.

<sup>12</sup> VIANA, 2004, p.67.

<sup>13</sup> BASILE, 1990, p.285.



da Abolição. Os acanhados efeitos da Lei do Ventre Livre só fizeram crescer e intensificar a campanha abolicionista. Multiplicavam-se por todo o país os jornais e clubes do movimento, assim como comícios e conferências, onde, além de propaganda feita arregimentavam-se novos militantes e arrecadavam donativos.

O papel desempenhado pelo pensamento abolicionista, dentro dessas “novas redefinições” foi ganhando uma conotação muito grande e fragilizaram ainda mais as bases do Império, já que a campanha pelo fim da escravidão além de mobilizar inúmeros adeptos ia gradativamente ganhando unidade.

É fácil compreender a importância que representa a abolição e toda a propaganda feita em torno desta, assim como o impacto causando à época no cenário político do Império, principalmente se for levado em consideração que a escravidão foi durante muito tempo mola propulsora da vida econômica, social e política do país, a ponto de está fixada na mentalidade da época com algo natural, sinônimo de riqueza e poder.

Nessa época, a estrutura de poder organizava-se da seguinte forma, conforme Gilberto Freyre<sup>14</sup> “analisando a estrutura econômica da sociedade brasileira nos meados do século passado, encontramos, de um lado, uma classe de proprietários de terras e de escravocratas, de outro, a massa de escravos”.

Ir de encontro à estrutura de poder até então vigente e tentar burlar os dois extremos existentes era atentar contra a ordem natural das coisas, no entanto, os adeptos do movimento contra a escravidão estavam dispostos a circunscrever o processo abolicionista à conscientização da opinião pública levando suas principais bandeiras.

Assim, o abolicionismo causava exaltação aos senhores de escravos, uma vez que ia demasiadamente contra o conservadorismo político desestabilizando o setor da sociedade que lucrava diretamente com essa prática, os escravocratas queriam que fossem mantidos seus privilégios e descontentes alguns se aproximavam das idéias do movimento republicano o que fortalecia diretamente esse.

Dessa forma,

a realeza e a escravidão começaram e têm vivido juntas neste país, onde cada qual tem sua missão, que não me parece terminada. A primeira incumbe preparar o leito da república, e a segunda tornar possível o advento

---

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Global Editora: São Paulo, 2008, p.63.

do trabalho livre; nem uma nem outra coisa pode ser feita de um salto; ambas reclamam medidas de transição e algum tempo para ellas.<sup>15</sup>

A causa abolicionista seria um dos pontos chave para República, com a tentativa de opor-se ao poder centralizado, uma vez que como afirma Johny Santana de Araújo<sup>16</sup> o processo abolicionista acabou sendo o passo inicial para as reformas necessárias no Estado, como a liberdade, a que dirigia todas as ações políticas, sociais e econômicas.

No entanto, como “a escravidão do Brasil é Irmã gemea da monarquia da America; ambas têm por si os mesmos argumentos: a tradição, o costume e a lei”<sup>17</sup>, não seria fácil alastrar o pensamento antiescravista para além das barreiras políticas do Império, constituía-se, então, um verdadeiro desafio para o movimento republicano, que via na escravidão um dos principais empecilhos para a manutenção da ordem vigente.

Partindo desse pressuposto não obstante, Oliveira Viana<sup>18</sup> nos mostra que,

o pensamento emancipador e abolicionista não se propagou, nem venceu, sem tropeços nem oposições. Ele ia ferir interesses poderosíssimos, para que fizesse o percurso por meio do nosso campo político em tranqüilidade, e imune. Teve, ao contrário, uma rude oposição da nossa grande aristocracia rural – a classe mais rica do País, senhora, pode-se dizer, da melhor parte da fortuna privada nacional, e o que é mais, a detentora de todo o prestígio eleitoral da época.

Assim, Emilia Viotti da Costa nos mostra que “O movimento abolicionista recrudescer a partir de 1880”.<sup>19</sup> A princípio, a propaganda abolicionista parecia de início subversor dos preceitos que alicerçavam a monarquia, sendo tida na época como algo antipatriótico, por isso até certo ponto era contida, porém gradativamente iria se propagando.

Mesmo diante das vastas oposições e dos poderosos interesses, que lhe opunham, obrigaram, em um primeiro momento, a ideia abolicionista a seguir uma marcha lenta e moderada durante quase todo o curso do Império, o que não impediu que ela adquirisse por fim uma aceleração vertiginosa e delirante, que haveria de arrastar consigo não só os seus opositores mais ferrenhos, como os próprios fundamentos da Monarquia, à medida que ia

---

<sup>15</sup> RODRIGUES, 1906, p.79.

<sup>16</sup> Ver: ARAÚJO, 2009, p.12.

<sup>17</sup> RODRIGUES, Antonio Coelho. **Manual do Súdito Fiel**, Cartas de um Lavrador a sua Magestade O Imperador. Rio de Janeiro. 1884, p.108.

<sup>18</sup> VIANA, 2004, p.73.

<sup>19</sup> COSTA, 2007, p.335

conseguindo apoio do próprio Imperador, que via na manutenção da escravidão uma tentativa de salvaguardar o seu governo.

Já afirmara Oliveira Viana<sup>20</sup> que,

foi ainda o Imperador quem incitou S. Vicente a elaborar um projeto emancipacionista – e foi por isso que S. Vicente elaborou um projeto emancipacionista. Ele tornou a insistir junto a Zacarias para uma referência à questão servil, ainda por ocasião da Fala do Trono – e foi sob esta sugestão que Zacarias insinuou timidamente a necessidade de qualquer providência sobre o caso. Sente-se que ninguém mais do que ele estava empenhado em expungir do seio da nacionalidade a mácula escravista. Ele deu à ideia abolicionista, por assim dizer, o elemento dinâmico da sua propulsão – porque lhe deu o prestígio da sua autoridade e o calor da sua simpatia. Pode-se dizer que lhe deu mais do que isto – porque lhe sacrificou o futuro da sua própria dinastia

Assim, às investidas do Imperador D. Pedro em prol de estabelecer uma política emancipacionista, comportamento de fundamental importância como meio de irradiar forças para a aceleração da marcha abolicionista, influenciou fortemente outros segmentos da população tanto de forma a mobilizar a opinião pública, como também de provocar o amplo descontentamento dos grandes proprietários de terras e escravos.

No entanto, a propaganda em torno da abolição tornava-se cada vez maior, e as bandeiras levantadas pelo movimento cada vez mais justificadas. Partindo desse pressuposto Joaquim Nabuco rememorado por Marcelo Basile<sup>21</sup> versa que deveria acabar com escravidão pelos seguintes motivos,

economicamente, porque era responsável pelo atraso econômico brasileiro, ao inviabilizar o desenvolvimento industrial, o comércio, a imigração estrangeira a rentabilidade agrícola e a valorização do trabalho, criando uma riqueza instável e promovendo a imobilização e a concentração do capital; socialmente, a escravidão, seria responsável pelas desigualdades, conflitos e dissoluções sociais, pela desagregação da família, pela disseminação de doenças e pela contaminação da *raça brasileira*; culturalmente, corrompia a língua, a educação, a religião, a moral, e o *caráter*, e impedia a formação de uma verdadeira identidade nacional; politicamente, enfim, alienava o povo, estimulava o mandonismo local e o paternalismo, denegria a imagem do país no exterior e ameaçava a segurança nacional.

---

<sup>20</sup> VIANA, *op. cit.*, p.75.

<sup>21</sup> NABUCO apud BASILE, 1990 p. 286.

A partir de discursos como os despendidos acima gradativamente aos escravos foram sendo dados direitos legalmente reconhecidos. Segundo Leôncio Basbaum<sup>22</sup>, dentro dessa linha de pensamento aponta que “a extinção do tráfico foi possivelmente um dos acontecimentos mais notáveis do segundo Império” este ainda nos mostra que a abolição foi resultado aprioristicamente de um compromisso imperial com a Grã – Bretanha, no qual se firmou que o tráfico seria extinto em 1830.<sup>23</sup>

Daí em diante, diversas leis, dentro dessa campanha, tentaram abolir a escravidão, a primeira fora crida em 07 de novembro de 1831, no entanto, assim como outras leis que a sucedeu, não passaria de letra morta. Em 12 de abril de 1832, outra lei, no sentido de complementar a anterior, foi estabelecida, mas que também tendeu ao fracasso, uma vez que, não houve eficácia na sua aplicação prática.<sup>24</sup>

Como se pode perceber, durante três séculos o negro que se organizava e lutava sozinho contra as crueldades impostas pelos senhores e pela conivência da sociedade que objetivava unicamente explorá-los, pode finalmente nas penúltimas décadas do Império ver o ideal abolicionista ser levado a diante principalmente pela associação que fizeram com os objetivos da República.

A abolição da escravatura passou a ser popularizada, a ponto de ser visualizada como de fato necessária levando por fim a adoção de medidas legais por parte do Imperador que possibilitaram a libertação dos escravos.

Nesse ínterim, em 28 de setembro de 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários, que obrigava os donos de escravos a alforriar aqueles escravos que completassem sessenta anos de idade. Em 1871 foi implementada Lei do Ventre Livre,

a maior controvérsia quando às medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Vente Livre, em 1871. A proposta declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar entre receber do estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até completar 21 anos.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. Das origens a 1889. 5ª Ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1986, p.235.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p.235.

<sup>24</sup> *Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>25</sup> FAUSTO, 2009, p.217.

Comungando da ideia de Boris Fausto, expõem Marcelo Basile <sup>26</sup> que “os acanhados efeitos da Lei do Ventre livre só fizeram crescer e intensificar a campanha abolicionista, de forma imediata e incondicional”.

Convém ressaltar que meio a propaganda abolicionista o Piauí também contribuiu para a propagação desse ideal, principalmente quando em 1º de novembro de 1870, em Teresina, “Coelho Rodrigues fundou a sociedade manumissora, entidade que tinha a finalidade de alforriar, pagando o direito à liberdade”,<sup>27</sup> como se pode ver esta tinha o objetivo de libertar e também indenizar os alforriados, sendo o Piauí um dos pioneiros nos ideais de libertação com indenização.

Seguindo a marcha da abolição em 1888, mesmo indo contra a base social de apoio do império, que por sinal já estava descontente com as medidas até então empregadas, procurou-se dar continuidade a política emancipacionista e diante de tantas pressões e da situação caótica que representava o sistema monárquico a época, em 13 de maio, um projeto proposto em 07 de maio, transformou-se na Lei Áurea, assinada pela regente Isabel, libertando cerca de setecentos mil escravos.

Preconiza Marcelo Basile<sup>28</sup> mencionando a Lei Áurea que,

Lei Áurea, o governo imperial perdeu mais um de seus principais sustentáculos- os fazendeiros escravistas [...], que irritados com Abolição e ainda mais com maneira como foi feita, sem indenização ou qualquer outra medida compensatória, passaram, em grande parte, a se desinteressar pelo destino da monarquia, quando não engrossar as fileiras da oposição ao regime.

Desse modo, nítida se faz a estreita relação entre o fim da Monarquia e a escravidão fator de extrema importância na queda do império. A cada nova lei que se sucedia perdia bases o Império e mais próximos das ideias republicanas se fazia os seus idealizadores. Segundo Oliveira Viana<sup>29</sup> “foi a Lei da Abolição talvez o fator mais eficiente na generalização da ideia republicana”.

---

<sup>26</sup> BASILE, 1990, p. 285.

<sup>27</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>28</sup> BASILE, 1990, p. 289.

<sup>29</sup> VIANA, 2004, p. 65.

Afirma José Murilo de Carvalho,<sup>30</sup> relacionando a escravidão com o fim da Monarquia afirma que,

a Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras.

Não cabe aqui uma análise mais aprofundada quanto aos preceitos fundamentadores de cada lei e os resultados obtidos por esta, o que de fato nos interessa é analisar a forte influência que a abolição da escravatura exerceu na derrocada do império, haja vista ser a escravidão um dos seus mais fortes pilares, a ponto de como versar Joaquim Nabuco<sup>31</sup> “não há dúvidas também que a monarquia só durou enquanto durou a escravidão”.

Ainda dentro dessa visão o mesmo autor, Joaquim Nabuco<sup>32</sup> sabiamente mostra que,

a verdade é que a semente da Monarquia trazida ao Brasil nas asas do ciclone da Revolução Francesa, do período napoleônico da conquista, germinou uma planta que só pôde medrar artificialmente enquanto teve para vivificá-la o estrume da escravidão.

Destarte, como um corpo precisa nutrir-se para conseguir o substrato necessário de que precisa para sua manutenção e sua sobrevivência, a relação Monarquia- escravidão era bem análoga, a partir dos elementos supracitados, pode-se perceber a estrita relação existente entre a Monarquia e a escravidão a ponto de uma não conseguir resistir sem as bases de sustentação lançadas pela outra, no entanto, “a escravidão para o projeto de nação e de construção da identidade nacional pensado pelo estado imperial representava um empecilho”<sup>33</sup> assim seria necessário acabar com a escravidão havendo conseqüentemente uma gradativa desintegração do sistema monárquico de poder, uma vista dificilmente uma viver sem a outra.

---

<sup>30</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.23.

<sup>31</sup> NABUCO, Joaquim. **A abolição da República**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 79.

<sup>32</sup> NABUCO, *loc. cit.*

<sup>33</sup> ARAÚJO, *loc. cit.*

## 1.2 O Positivismo: “ordem e progresso”

Durante o século XIX, a Europa sob a influência do Iluminismo corrente filosófica resultante das reflexões de uma nova geração que tentava adaptar-se as demandas advindas das transformações corridas nas relações sociais, políticas e econômicas, modificadas principalmente pelo tempo, propagava para o restante do mundo ideologias<sup>34</sup> que tinham em seu cerne o intuito de justificar o poder a parti da aplicabilidade de cada sistema de governo,

[...] o século XIX foi o grande século da idéia de progresso, a linha dos dados adquiridos e das idéias da Revolução Francesa. Como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia.<sup>35</sup>

A modernidade era cada vez mais sentida e junto a essa era notável a necessidade cada vez maior de que fossem criados mecanismos afirmadores da dominação por parte daqueles que estavam no poder, dessa forma, facilmente essas doutrinas se alastrariam para os demais países do globo. E dentro desse caudal de idéias<sup>36</sup> é possível perceber que não demoraria para que essas “várias vertentes do pensamento europeu” fossem trazidas para o Brasil e aqui empregadas.

Assim, aproveitando o ambiente de instabilidades, a partir de 1870, quando “com o fim da Guerra do Paraguai, os setores políticos e sociais emergentes sentiram-se liberados para dar mais vazão as suas idéias”<sup>37</sup>, puderam a partir da incorporação de um conjunto de ideais novos, difundido substancialmente, e conseqüentemente incorporado à realidade brasileira, tentar mudar a organização do Estado em seus aspectos políticos, administrativo, social e econômico.

Como se pode ver o coletivo abria-se para o conhecimento do novo, para idéias e doutrinas novas, “assim, o movimento intelectual expressaria anseios de grupos econômicos

---

<sup>34</sup> Segundo Ângela Alonso as ideologias que apresentaram no anos de 1870 e 1880 no Brasil, dividiam-se em categorias como “darwinismo”, “positivismo”, “spencianismo”, “liberalismo”, sofreram apropriações, redefinições, usos políticos. Ver: ALONSO, *loc.cit.*

<sup>35</sup> GOLFF, Jacques Le. História e Memória;Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 223.

<sup>36</sup> NEVES, 2003, p. 33.

<sup>37</sup> BASILE, 1990, p.267.

do país”<sup>38</sup> e como afirma José Murilo de Carvalho<sup>39</sup> “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação do poder”.

E esse era momento certo para que novas ideologias fossem empregadas, uma vez que havia no país um cenário bem amplo de descontentamento com o sistema de governo vigente e para que este fosse mantido nas mãos da oligarquia da época seria necessário firmar uma ideologia frente a toda a população, que legitimassem diretamente a forma de governo.

É perceptível que essas ideias adentraram o Brasil à medida que tentavam definir o poder e legitimar o sistema vigente, assim como o que estava prestes a se instalar. Dentro desse contexto uma dessas correntes chamaria atenção da sociedade, e em especial de um segmento que a levaria como forma emblemática de afirmação do poder.

Esta ideologia seria o Positivismo que surge nesse contexto como o intuito de explicar fenômenos externos e fundamentar a manipulação do poder. Para Boris Fausto<sup>40</sup> o Positivismo representava “uma corrente de pensamentos cujos princípios básicos foram formulados pelo pensamento francês de Augusto Comte (1798-1857)”.

Segundo Celso Castro<sup>41</sup> o positivismo de Augusto Comte

[...] tomaria a forma de lei dos três estados – teológico, metafísico e positivo, que explicaria toda a história e desembocaria na constituição de uma religião, a da Humanidade.[...] desse modo, a situação histórica específica do Brasil era pensada como uma etapa de um percurso já realizado pelas nações “mais adiantadas”

No Brasil, o Positivismo, que fora apresentado na expectativa de grandes transformações, já implementadas nas nações “mais adiantadas”, por meio de símbolos, da fala e dos escritos, tentaria levar a “ordem e o progresso” ao país, à medida que se instalassem no ideário da população, justificando o poder a partir da Proclamação da República, pois como afirma José Murilo de Carvalho<sup>42</sup> os positivistas “se consideravam destinados de exercerem a tutela intelectual sobre a nação”, nas palavras de Celso Castro<sup>43</sup> era “apresar a

---

<sup>38</sup> ALONSO, 2002, p. 28.

<sup>39</sup> CARVALHO, 2006, p.09.

<sup>40</sup> FAUSTO, 2009, p. 232.

<sup>41</sup> CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2000, p.17.

<sup>42</sup> JANATTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da Republica. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, 2005.p. 24



marcha do progresso do país, de forma que ele passasse a tornar parte, ativamente, na história universal”.

Como doutrina o Positivismo possuía ingredientes utópicos inda mais salientes, a ponto de evoluir e tornar-se uma verdadeira religião.<sup>44</sup> Religião que contribuiu para a fragilidade do regime monárquico como forma de expandir os limites do novo regime que estava na iminência de se instalar, a partir da concepção dada a “noção de evolução”<sup>45</sup> trazida pelos positivistas, que justificava a aplicação desse conjunto de ideias nas mais diversas áreas da vida da coletividade pró República.

Dentre as ideias mais importantes dessa corrente ideológica estava à atrelada à noção de República, nesse sentido Leôncio Basbaum<sup>46</sup> aponta para os positivistas representava,

uma espécie de Ditadura Republicana [...] era uma transplantação para o Brasil da posição do positivismo, ou seja, da burguesia francesa, que se colocava simultaneamente contra a aristocracia e a democracia anarquia segundo a caracterização e a classificação comteana.

Analisando o tema Boris Fausto<sup>47</sup> “contribui afirmando que a ditadura concebida por Comte não correspondia ao despotismo, mas implicava a ideia de um governo de salvação no interesse do povo”. Portanto nota-se que politicamente os positivistas se aproximaram dos republicanos e validavam teoricamente que o ditador republicano fosse representativo mais que caso necessário afastar-se-ia do povo em prol do bem da República.

Nesse sentido, mais importante do que as ideias positivistas na propaganda e organização da República, foram às personalidades de alguns republicanos como Benjamin Constant,<sup>48</sup> Demétrio Ribeiro<sup>49</sup>, e principalmente Silva Jardim, todos positivistas, que como estavam impedidos de atuar na política, por serem positivistas ortodoxos, passaram a

---

<sup>43</sup> CASTRO, 2000, p. 17

<sup>44</sup> CARVALHO, 2006, p. 09.

<sup>45</sup> CASTRO, *op. cit.*, p.16.

<sup>46</sup> BASBAUM, 1986, p.205.

<sup>47</sup> FAUSTO, 2009, p.232.

<sup>48</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em Niterói-RJ à 18 de outubro de 1833. Foi um militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro. Formado em engenharia pela Escola Militar, participou da Guerra do Paraguai (1865 - 1870) como engenheiro civil e militar. Adepto do positivismo, em suas vertentes filosófica e religiosa - cujas idéias difundiram entre a jovem oficialidade do Exército brasileiro, foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, foi nomeado Ministro da Guerra e, depois, Ministro da Instrução Pública no governo provisório, consagraram-no como fundador da República. on line Site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin\\_Constant\\_Botelho\\_de\\_Magalhães](http://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_Botelho_de_Magalhães). Acessado em 22/10/2012.

participar indiretamente na propagação desse ideal, por este motivo, Leôncio Basbaum<sup>50</sup> aponta que “a contribuição desses republicanos como positivista foi mínima”.

Se o positivismo contribuiu para popularizar a ideia ou o ideal republicano, com maior repercussão no exército, por outro lado, na proclamação da República, as ideias positivistas como doutrina filosófica, pouca influência tiveram, principalmente pelo fato de que a escola positivista representava apenas uma minoria do Partido e nenhum dos seus membros aceitou o Positivismo integralmente, isto pela simples razão de que Comte proibia seus seguidores de entrar na vida política.

Dentro dessa campanha merece destaque como afirma Boris Fausto<sup>51</sup> “a atração do positivismo pela separação da Igreja e do Estado, a propaganda feita em prol dessa separação fora diversas vezes mencionada pela doutrina positivista”.

Outros elementos apontados pelo positivismo que merecem destaque dizem respeito à clara preferência da doutrina pela formação técnica, pela ciência e pelo desenvolvimento industrial assim como também a ideia de federalismo, que segundo Leôncio Basbaum<sup>52</sup> também estava inserido dentro do “programa positivista”.

Assim, se fazia claro que o Positivismo tinha por intuito uma reorganização do arranjo natural das coisas, por meio de uma mudança valorativa dos papéis centrais representativos do poder vigente.

Portanto, pode-se compreender que o Positivismo com a sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos arranjos políticos tradicionais continham uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares e para os outros adeptos da doutrina, que até justificava a sua circulação no cenário nacional.

### **1.3 Império versus Igreja**

As divergências suscitadas entre a Igreja e o Governo Imperial, durante os anos finais do século XIX surge dentro deste cenário como mais uma das inúmeras causas que

---

<sup>48</sup> Demétrio Nunes Ribeiro adepto do positivismo, foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio grandense e grande influência na organização da República. Ver em: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1893-on line. Site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dem%C3%A9trio\\_Nunes\\_Ribeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dem%C3%A9trio_Nunes_Ribeiro). Acessado em 22/10/2012.

<sup>49</sup> BASBAUM, 1986, p.205.

<sup>51</sup> FAUTOS, 2009, p. 232.

<sup>52</sup> BASBAUM, *loc. cit.*

levaram o império ao desgaste e conseqüentemente a sua queda, merecendo, pois ser citada dentro do contexto em análise.

O problema Igreja-Império, que “não construía fato novo, tendo uma longa tradição, possivelmente originada desde o período colonial”<sup>53</sup> emergia principalmente das divergências quanto à limitação da atuação de cada uma dessas instituições, que com competências distintas, muitas vezes acabavam por adentrar as esferas uma das outras, o que resultava, comumente, em divergências e confrontos influenciando diretamente nas relações de poder do Império.

No entanto, como uma forte tradição que dificilmente se quebra o problema entre o clérigo e a monarquia se estenderia para além do período monárquico e não seria facilmente superado sem que lançassem subsídios para aquela que seria a derrocada do Império. Partindo dessa visão Leôncio Basbaum<sup>54</sup> versa que,

essa situação de hostilidade entre o governo imperial e a Santa Sé, bem como a própria atitude do clero em relação e essa disputa continuou no Segundo Reinado. Já agora não se tratava de mais de simples luta entre dois poderes, a irreligiosidade, a indiferença pelo poder e pela autoridade da Igreja haviam atingido a nação inteira.

Como se pode perceber o prolongamento dessa tensa disputa levaria a adesão de um contingente bem significativo, assim Boris Fausto<sup>55</sup> nos mostra que,

na década de 1870, as relações entre o Estado e a Igreja se tornaram tensa. A união entre o “trono e o altar”, prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma fonte potencial de conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não se opusessem à Constituição.

Dentro dessa conjuntura apresentada por Leôncio Basbaum, nota-se que de 1870 a 1875, o Império que vinha sendo enfraquecido por gradativamente perder suas bases e alianças, envolver-se-ia em um grande conflito com um dos seus principais segmentos de apoio, a Igreja Católica.

Segundo Marcelo Basile<sup>56</sup> a união entre ambos, consagrada pela Constituição “estabelecia o catolicismo como a religião oficial do Império, mas concedia ao Imperador,

---

<sup>53</sup>COSTA, 2007, p. 458.

<sup>54</sup>BASBAUM, 1986, p.265.

<sup>55</sup>FAUSTO, 2009, p.229.

<sup>56</sup> BASILE, 1990, p.277.

pela instituição de padroado, o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes”. Deste modo os eclesiásticos eram equiparados a funcionários públicos, onde recebiam pelos serviços prestados enquanto empregados do governo.

Isso gerava uma ampla insatisfação, e ocorria, porque durante esse período, já sentido o desprestígio no qual estava submerso os dogmas da Igreja, esta se viu obrigada a reelaborar estratégias para manter a população devota aos preceitos do catolicismo, Leôncio Basbaum<sup>57</sup> mostra que era “preciso adotar medidas energéticas e apropriadas as circunstâncias”.

Aproveitando dessa situação, o partido republicano tomaria para si a função de criar um programa no qual tentaria superar a crise que vivenciava o clero, Emília Viotte da Costa<sup>58</sup> mostra que nesse programa constava,

a plena liberdade de cultos, a perfeita igualdade de todos os cultos perante a lei, abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação com do Estado e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais outorgados a seus representantes, ensino secular separado do ensino religioso, constituição do casamento civil, sem prejuízo do voluntário preenchimento das cerimônias religiosas conforme rito particular dos cônjuges, instituição do registro civil de nascimento e óbitos, secularização dos cemitérios e sua administração pelas municipalidades.

Contudo, diante de tantas reformas propostas pelo movimento republicano cabia então a Santa Sé elaborar um conjunto de reformas visando além de combater o programa republicano maior aproximação do povo com os eclesiásticos acabaram por ocasionar, uma série de conflitos que sobressaltaria ainda mais a fragilidade das bases imperiais no fim do século XIX.

Dessa forma, a Santa Sé proferiu algumas orientações que deveriam ser seguidas pelo Papa Pio IX e pelos bispos, no entanto haveria resistência “principalmente porque a sociedade brasileira não se destacava por um espírito particularmente clerical [...] vendo com maus olhos as veleidades da Igreja, apoiavam o governo”.<sup>59</sup>

Assim, a “Questão Religiosa” passaria a ser um conjunto de conflitos despendidos entre Igreja Católica e a maçonaria dentro da década de 1870, que acabou por envolver o Estado. A questão evoluiu e centrou-se na atuação de dois bispos, Dom Vital e Dom Macedo Costa, ardentes defensores do catolicismo ultramontano.

---

<sup>57</sup> BASBAUM, 1986, p.264.

<sup>58</sup> COSTA, 2007, p. 458.

<sup>59</sup> *Ibib.,loc cit.*

Estes por não obedecerem a determinações da Santa Sé, não confirmadas pelo Império, por interditar as irmandades sob sua jurisdição, por aceitarem membros maçons, e negando-se a aderirem ordens expressas do governo, o julgou-se que ferir a Constituição do Império e incorreram em culpa de desobediência civil.

Como consequência foram presos, tratava-se de um fato nunca esperado, afinal a coroa mandara prender dois religiosos por acatar as ordens provindas do Papa. Assim, tornou-se, a partir desse momento, perceptível a divisão da nação em 02 grupos os favoráveis aos bispos e os que se manifestavam de acordo com o governo. A questão se acentuaria ainda mais quando um projeto de mudanças foi posto em prática, uma vez que, atentaram contra uma das intuições mais importantes e tradicionais da época, que era a maçonaria.

É digno de nota que os maçons, em sua maioria eram membros da política, seja como monarquista seja como republicanos. E não tardaria, logo viria à resposta por parte da maçonaria aos desígnios da Santa Sé.

Nota-se, a partir dos escritos de Leôncio Basbaum,<sup>60</sup> que “após os fatos que se convencionou de chamar de questão religiosa, as relações entre a Igreja e o trono eram as piores possíveis. As altas autoridades da Igreja eram francamente antimonarquistas, e por fim republicanas”.

Nesse sentido Boris Fausto<sup>61</sup> mostra que “no amainou depois de um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons”.

Dessa forma, percebe-se que os republicanos acabaram por defender abertamente a separação entre Estado e Igreja. Como afirma Emília Viotte da Costa,<sup>62</sup>

grande número de republicanos era o que se chamaria na época de livre-pensador, denotando mesmo certa hostilidade a tudo que lembrasse Igreja e clero. No programa do partido republicano constava a plena liberdade de cultos, perfeita igualdade de todos os cultos perante a lei, abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais outorgados a seus representantes.

De certo modo, ideais como os apresentados acima por Emília Viotte, partindo do desejo dos republicanos permite pensar que era preciso que fossem adotados novos comportamentos frente às tão desgastadas posturas pregadas durante a vigência da

---

<sup>60</sup> BASBAUM, 1986, p.268.

<sup>61</sup> FAUSTO, 2009, p.230.

<sup>62</sup> COSTA, 2007, p. 456.

Monarquia, principalmente quando se passou a perceber que estas não mais abrangiam as necessidades da época, o que acabava por gerar conflitos entre as instituições manipuladoras do poder.

Nesse contexto Leôncio Basbaum<sup>63</sup> sintetiza que,

embora os incidentes relatados entre a Igreja e o Trono criassem entre os dois poderes um abismo intransponível, a falta de apoio da Igreja, no momento decisivo, não influiu no âmbito do povo em geral cujo catolicismo era bem débil[...]todavia, por menor que fosse essa influência, o que dela restava era bastante forte para lançar contra o trono boa parte da população ou, pelo menos, torná-lo indiferente aos destinos do Império.

Dessa forma, pode-se concluir que a “Questão Religiosa”, acabou por enfraquecer a autoridade e prestígio da monarquia, que por menor que fosse essa questão ela, a partir da junção de fatores sociais e elementos ideológicos foi forte a ponto de abalar às estruturas da Monarquia influenciando naquela que seria posteriormente a derrocada do Império.

#### **1.4 A “Questão Militar”: A busca pela afirmação**

Os anos posteriores ao fim da Guerra do Paraguai representaram um novo e decisivo período dentro da longa história do Império brasileiro, que passava desde então, por profundas transformações econômicas, sociais e políticas, que exerceriam efeitos marcantes sobre a política imperial entre o período correspondente ao fim do Império e início da República.

Como algumas outras questões a militar foi posta a amostra de forma mais intensa com a Guerra do Paraguai, uma vez que, com esta se tornou possível transparecer uma série de sentimentos antes contidos pelas reprimendas do sistema monárquico e que outrora foram gradativamente tomando espaço dentro dessa conjuntura, de modo a torna-se referência na luta pela afirmação do exército dentro do Império.

Observa-se que nesse exato momento, existia no Brasil “um exército esquecido, mal organizado, mal instruído e mal pago”,<sup>64</sup> com o pós Guerra pode-se perceber que os militares tomariam consciência e unidade o que iria contra os interesses da coroa, haja vista o que “o espírito antimilitarista do Imperador fazia com que os problemas militares, ou seja, da formação de um verdadeiro exército, fossem colocados em segundo plano”.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> BASBAUM, 1986, p.268.

<sup>64</sup> PARDO apud em BASBAUM, 1990, p. 273.

<sup>65</sup> BASBAUM, 1990, p. 272.

Dessa forma, os militares que se sentiam por hora esquecidos e desarticulados, como consequência da Guerra do Paraguai, passaram como aponta Boris Fausto<sup>66</sup> a afirma-se “como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios.

Assim, o elemento militar, que fora diversas vezes personagem da história nacional, teve “sua participação no governo bem mais significativa até a abdicação de Dom Pedro I”,<sup>67</sup> até a Guerra do Paraguai era visualizado como um conjunto não organizado e sem motivação política incapaz de constituir o militarismo e conseqüentemente uma política militar, o que os tornara vulneráveis aos mandos e desmandos de uma política que os segregava, principalmente por parte dos políticos civis do Império, que segundo Oliveira Viana<sup>68</sup> “sempre viram no Exército um campo a explorar em benefício dos interesses deles”.

Com a vitória na Guerra do Paraguai, há, pois, uma mudança de comportamento dos militares e uma reorganização da Questão Militar criando mecanismos que subsidiassem as prerrogativas reivindicadas, já que se consideravam desvinculados dos interesses dos políticos civis e, agora, senhores de suas superioridades.

Isto pode ser melhor visualizado pelo posicionamento do autor Oliveira Viana<sup>69</sup> que afirma que,

este sentimento de distinção de classe se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de um certo sentimento de superioridade . Então os militares vindos das duras provações da guerra, sentiram-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada- e tudo isto lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amolentados sibaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver.

É perceptível que a “Questão Militar” quando analisada a fundo apresente mais peculiaridades do que é possível se observar a olho nu. Dentro dessa questão, à medida que se buscava a hegemonia de um discurso de identidade nacional os militares eram vistos como a figura principal na procura por este objetivo. Assim, o exército deveria levar a ideia desenvolvimentista ao lutar na Guerra do Paraguai, uma vez que, como aponta Johny Santana<sup>70</sup> “a política brasileira na Prata pode ser entendida como uma extensão da sua construção

---

<sup>66</sup> FAUTOS, 2009, p.216.

<sup>67</sup> *Ibid*, 2009, p. 230.

<sup>68</sup> VIANA, 2004, p. 113.

<sup>69</sup> VIANA, *loc. cit.*.

<sup>70</sup> ARAÚJO, 2009, p.42.

identitária. De maneira geral, seria resultado de um processo de edificação e formação dos estados nacionais na América”.

Assim, a consecução do objetivo apresentada pelo autor acima citado, fora uma das grandes motivações dos militares brasileiros do fim do século XIX ao lutarem na Guerra do Paraguai, e por saírem vitoriosos, acreditavam que ao alcançar os objetivos do país pelo qual lutavam, mereciam por direito e pelos esforços despendidos um tratamento diferenciado dos demais cidadãos do Império.

De certa forma, na mentalidade dos militares eles de fato deveriam representar essa figura inoperante sobre a qual deveria ser voltada toda a atenção do Imperador, criando uma política exclusivista onde definitivamente fosse atribuído ao exército o posto de instituição permanente.

No entanto, o que acontecia dentro da realidade do Império era bem diferente das idealizações feitas pelos militares, e o conjunto de incidentes entre o Exército e o governo faria eclodir a questão militar enfraquecendo mais um dos alicerces da monarquia. Dentre as divergências entre esses dois grupos, como menciona Marcelo Basile<sup>71</sup> “estava a tentativa deste último de disciplinar oficiais que discutissem em público questões políticas ou militares, o que, desde 1959 era proibido por avisos”.

Os militares descontentes com os rumos que a política vinha tomando e com uma série de restrições impostas a estes, solidificada estavam à insatisfação com o regime monárquico, ao mesmo tempo, crescia, por todo o país, o envolvimento dos militares com questões políticas, especialmente com a campanha abolicionista. Eram constantes os atritos ocorridos entre os integrantes desta corporação e os sucessivos ministros de Guerra.

a “Questão Militar”, nome dado a uma série de conflitos entre os militares e o governo iniciado em agosto de 1886 e que se prolongou até maio de 1887. O motivo que iniciou a Questão foi a repreensão feita pelo governo a dois oficiais do Exército, os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, por declarações feitas na imprensa.[...] e, com isso, a questão passou a se configurar, cada vez mais, como um confronto entre militares e governo, e não mais como um caso isolado de indisciplina ou de perseguição ou de perseguição política<sup>72</sup>.

Inúmeros conflitos foram despendidos entre os cidadãos fardados e o governo imperial, e esse episódio em particular narrado por Celso Castro resultaria na transferência do tenente-coronel Antônio de Sena Madureira e Cunha Matos e na exoneração das funções que

---

<sup>71</sup> BASILE, 1990, p.280.

<sup>72</sup> CASTRO, 2000, p. 28.



Deodoro exercia, haja vista o governo considerar inadmissível um oficial a serviço do Império se comportar daquela forma, o que acabou por tomar proporções imaginárias, conseguindo a parti da popularidade de Sena Madureira adentrar as paredes dos quartéis e da opinião pública, chegando até o Parlamento, onde causaria severas críticas ao governo imperial.

Viam-se, pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares haviam firmado publicamente e com força a existência de uma classe militar, opondo-se ao governo.

Desse momento em diante, inúmeros acontecimentos colocariam em confronto o governo e as forças armadas o que reforçaria ainda mais a “Questão Militar”, a ponto de no ano de 1887 os oficiais do Exército unidos fundarem o Clube Militar “seu objetivo era institucionalizar uma associação que representasse a “classe”<sup>73</sup> no intuito de defender os direitos e desejos dos militares, seu principal líder foi o Marechal Deodoro da Fonseca e por algum tempo Benjamin Constant na vice-presidência.

Conforme aponta Hélio Silva<sup>74</sup> a fundação do Clube teve grande importância não só porque as frações militares que se opunham à monarquia se institucionalizam, mas também pelo fato de que o Clube tornou-se um espaço de discussão decisivo para os rumos políticos do país.

Nessa conjuntura, Marechal Deodoro da Fonseca, teria uma importância singular. Figura emblemática da época, principalmente em decorrência do importante papel que desempenhou na Guerra do Paraguai, em defesa do exército, “rebateu severas críticas ao Governo, causando-lhe de ser responsável delas agitação militar, em função dos insultos e ofensas proferidas contra oficiais respeitados”.<sup>75</sup>

Ainda sobre a postura de Deodoro frente às investidas do Império contra os militares, Oliveira Viana<sup>76</sup> aponta que,

com a sua mentalidade de cidadão de farda achava que “os militares não podiam, nem deviam estar sujeitos a insultos” dos civis, com que discutiam, e certamente não via que isto era querer para os politicantes de dragonas, seus camaradas, uma situação toda especial e injusta, porque de privilegiados pois o insulto foi sempre, outrora como hoje, moeda corrente, como vimos, no mundo dos que fazem política em nossa terra.

---

<sup>73</sup> CASTRO, 2000 p. 40

<sup>74</sup> SILVA, Apud. BASILE, Marcelo Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 273.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 282.

<sup>76</sup> VIANA, 2004, p. 129.

Além do apoio do Marechal Deodoro, de suma relevância frente à questão militar, o dissídio entre o Exército e o Trono também encontrou morada para além deste, em figuras como Duque de Caxias, definido por Boris Fausto<sup>77</sup> como sendo “sem dúvida uma figura de prestígio no Exército” e Floriano Peixoto<sup>78</sup> que para o mesmo autor “apesar de suas conexões com a cúpula do Partido Liberal que o ajudaram a progredir na carreira, falava como militar e como cidadão. Sua lealdade básica se localizava no Exército”.<sup>79</sup>

os militares que participaram da Questão, conscientemente ou não, conseguiram vinculá-la a um ressentimento contra os civis em geral e os políticos em particular, manipulando elementos simbólicos extremamente importantes para os militares, como “honra” e “brios”.<sup>80</sup>

Nesse sentido, fica claro que a questão militar estaria estritamente ligada a busca por legitimação pautada na “honra” e no “brio”, além de uma identidade coletiva, que seria a chave para a construção da ideia de nação forte, alcançada somente por uma drástica transformação política. Nesta estaria à República como forma de governo, mas para tanto era preciso primeiramente derrubar o poder imperial e nessa tarefa o caráter militar dado à queda do Império é notório por demais para ser negado, como foi visto.

Assim, de fato, como observa Neves<sup>81</sup> que,

a hipótese de que a República brasileira foi, em sua origem, obra dos militares, resultado do descontentamento de setores do Exército e fruto das questões militares que se arrastavam desde o fim da Guerra do Paraguai, encontra respaldo nas versões contemporâneas ao fato e na historiografia.[...] a iconografia dos primeiros anos republicanos também sublinha o papel do Exército.

Dessa forma, por mais estranho que se apresente a decadência do Império frente à ordem militar eram bem comum para a época o poder de governo ser derrubado pela força do exército como de fato aconteceu no Brasil.

---

<sup>77</sup> FAUSTO, 2009, p.231.

<sup>78</sup> Floriano Peixoto (1839-1895) foi político, militar e presidente brasileiro. Foi o segundo presidente republicano, na chamada República Velha. Ficou no poder de 23 de novembro de 1891 até 15 de novembro de 1894. Sucedeu ao também militar Deodoro da Fonseca. O período que vai de 1889 a 1894 ficou conhecido como República da Espada, em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil.- on line. Site: [http://www.e-biografias.net/floriano\\_peixoto/](http://www.e-biografias.net/floriano_peixoto/) Acessado em:22/10/2012.

<sup>79</sup> FAUSTO, 2009, p.231.

<sup>80</sup> CASTRO, 2000 p.32.

<sup>81</sup> NEVES, 2006, p. 27.

O exército apresentou-se dentre as questões desencadeadoras da crise da monarquia como a preponderante, aquela que faria o Imperador render-se a Proclamação da República, deixando o Brasil para ser administrado pelos próprios brasileiros, como há muito se almejava.

O desenrolar desses acontecimentos e a construção do Brasil enquanto uma nação cujo projeto harmônico e eficaz de desenvolvimento do país foi objeto de especulação de várias mentes que pensaram o Brasil nos anos finais do século XIX e início do século XX no intuito de obter a consecução de objetivos de coesão nacional, onde se pudesse definir um perfil para o país, garantindo-lhe uma identidade que o distinguiria dos outros países, a partir da junção de elementos que levariam o império a decadência a proclamação da República será o próximo objetivo a ser alcançado.

## CAPÍTULO - 2

### A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DENTRO DA CRISE DO BRASIL- IMPÉRIO

Firmar-se enquanto nação foi algo pensado durante o século XIX, e bastante buscado entre meados do mesmo século e início do século XX, pelas mentes intelectuais brasileiras. Organizar um projeto de nação e desenvolvê-lo era de extrema necessidade para que o Brasil criasse uma identidade nacional e pudesse então, estabelece-se enquanto um Estado Nacional. Como mostra Johny Santana de Araújo <sup>82</sup> o Brasil “constituía-se em um Estado que buscava uma identidade. Seu sentido era também de se fazer reconhecido aos olhos das outras nações.”

Para tanto, era necessário, primeiramente, que o país estivesse envolto a um discurso político que o legitimasse enquanto Estado Nação, e o momento era exatamente o fim do século XIX e início do século XX, uma vez que como afirma José Murilo de Carvalho <sup>83</sup> nessa conjuntura “começaram a serem discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação”.

Isso poderia ser possível a partir da adesão as novas ideias que circulavam no cenário nacional em prol de uma nova organização política, que seria conseguida, segundo a propaganda que circulava na época com o advento da República, principalmente porque o Império, por si só, não era mais capaz que abranger essas novas questões, haja vista que esse período correspondia exatamente à decadência da Monarquia no Brasil.

Analisando esse contexto, Caio Prado Jr. <sup>84</sup> aponta que “as instituições imperiais representavam um passado incompatível com o progresso do país, e que por isso tinham de ser mais dia ou menos dia, por ele varrida”

Percebe-se que o sistema imperial passava a ser insuficiente para abranger as novas necessidades do período resultantes, como já mencionado no primeiro capítulo, pelo “Ocaso do Império” <sup>85</sup>, que se deu especialmente pela junção de fatores que se processaram

---

<sup>83</sup> ARAÚJO, 2009.

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, p.32.

<sup>85</sup> Caio Prado Jr. *apud* JANOTTI, 2005.

<sup>86</sup> Ideia trazida por Oliveira Viera. Ver VIANA, 2004, p.153.

mais visivelmente a partir do ano de 1870 <sup>86</sup> como a “Questão Religiosa”, a “Questão Militar”, o advento de novas doutrinas,<sup>87</sup> a abolição da escravidão, a busca por uma identidade nacional, estes transformariam significativamente os contextos social, econômico e político da época, o que levaria o Império a gradativamente perder suas bases de sustentação, desencadeando a ruína do sistema monárquico no Brasil, como afirma Marcelo Basile, <sup>88</sup>

durante duas décadas, o Estado Imperial foi se incompatibilizando com sucessivos segmentos da sociedade que compunham as bases de sustentação, parte do clero (com a questão religiosa), parte da oficialidade do Exército (com a Questão Militar), parte dos grandes proprietários rurais (com as leis abolicionistas) parte, enfim, da própria elite política (com os problemas da centralização e do sistema representativo).

Essas expressivas mudanças, que segundo José Murilo de Carvalho <sup>89</sup> foram resultantes de “grandes transformações de natureza econômica, social e cultural, que se gestavam há algum tempo” buscavam “uma identidade coletiva para o país, uma base para a construção da nação” <sup>90</sup>, tarefa que seria perseguida pela geração de intelectuais da República que acabariam frente às contradições do governo Imperial, precipitando a mudança de regime.

Assim, a busca pela “redefinição da República”<sup>91</sup> faria com o processo de proclamação fosse acelerado, no entanto os adeptos da Monarquia e do governo Imperial, não ficariam de braços cruzados assistindo de forma conivente a eminência e o advento dessa nova forma de organização política do país.

Como forma de conter a decadência da monarquia várias medidas foram tomadas pelo governo imperial na tentativa de amenizar o impacto das novas mudanças que estavam a si processar. Dentre essas algumas foram mais significativas, como as projetadas pelo então governo de Ouro Preto, que segundo Marcelo Basile <sup>92</sup> aponta “o gabinete liberal, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, ao apresentar seu programa de governo à Câmara propôs uma série de reformas, visando salvar a monarquia”

---

<sup>86</sup> A partir de 1870, vinham envoltos por discursos onde a temática da “evolução dos tempos” era constante. Ver JANATTI, 2005, p.142.

<sup>87</sup> José Murilo de Carvalho menciona que o “fim do império e o início da República foi uma época caracterizada por grandes movimentações de ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial ou seletivo, resultante em grande parte confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo, misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas”. Ver CARVALHO, p.142.

<sup>88</sup> BASILE, 1990, p. 292.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p.15.

<sup>90</sup> CARVALHO, 1990, p.32.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>92</sup> BASILE, 1990, p. 292.

Era o início de um grande programa de reformas que tinham por intuito neutralizar as críticas, realizando aspirações insatisfeitas de algumas camadas da sociedade. Tratando do assunto Emília Viotte da Costa <sup>93</sup> aponta algumas como,

na sessão de 11 de junho apresentou a câmara o seu programa, na realidade uma extensão do programa liberal de 1869. Ampliação da representação [...]. Plena autonomia dos municípios e províncias. Eleições dos administradores municipais e nomeação dos presidentes e vice-presidentes sob lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados [...]. Liberdade de culto, temporariedade do Senado. Liberdade de Ensino e seu aperfeiçoamento. Máxima redução possível dos direitos de exportação. Lei de Terras que facilitasse sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários. Redução de frentes e desenvolvimento de rápida comunicação [...]. Animar e promover estabelecimentos de crédito. Elaborar um Código Civil. Conversão da dívida externa, amortização do papel-moeda. Equilíbrio da receita com as despesas, pelo menos ordinária. Fundação de estabelecimentos de emissão e crédito, especialmente dedicado ao estímulo da produção. Propunha ainda a reforma do Conselho de Estado, retirando-lhe o aspecto político e conservando apenas o caráter administrativo.

Como se pode perceber o governo imperial, por meio do visconde de Ouro Preto,<sup>94</sup> acreditava que era necessário organizar o sistema a partir de algumas reformas, que segundo Emília Viotte da Costa<sup>95</sup> foram “esperadas ansiosamente por importantes setores da nação, pois, se não fosse feitas dentro dos quadros do regime vigente, acabariam por se efetivar por meio de um movimento republicano”.

Criava-se, pois, dentro do ambiente pró-república uma necessidade de reafirmação do Império, pois como menciona José Murilo de Carvalho<sup>96</sup> analisando o período “estavam em jogo à definição dos papéis dos vários atores”, e a meio encontrada no momento era tentar amenizar os impactos das mudanças através de reformas que viabilizassem uma maior participação de alguns setores da população na organização política.

Todavia, as reformas do gabinete de Ouro Preto não foram bem recepcionadas por todos, como por exemplo, por parte da oligarquia dominante que mostrara não estar disposta a acolher as mudanças impostas, o que é perfeitamente aceitável, haja vista que levadas às últimas conseqüências as reformas atingiriam de forma direta as próprias bases de domínio, o que a enfraqueceria.

---

<sup>93</sup> COSTA, 2007, p. 489.

<sup>94</sup> O Visconde de Ouro Preto foi um dos indicados para organizar o Gabinete pelo Conselheiro Saraiva. Ver RODRIGUES, 1906, p.09.

<sup>95</sup> COSTA., op. cit., p. 490.

<sup>96</sup> CARVALHO, 1990, p.32.

Esse pensamento era também compartilhado pelos militares e nessa diapasão, Oliveira Viana <sup>97</sup> “política de reação tinha se incompatibilizado com todo o Exército” e este grupo por sua vez, como afirma José Murilo de Carvalho <sup>98</sup> objetivava simplesmente que o ministério de Ouro Preto impedisse “com sua influência, que os ministros oprimissem os militares”.

Nesse sentido, Celso Castro <sup>99</sup>,

aponta que como resultado, eventos que podiam ter sido tratados como simples casos de indisciplina e insubmissão transformaram-se em episódios de defesa da “classe militar” contra o que percebiam ser uma humilhação e afronta do governo ao que possuíam de mais caro. Com isso, se efetivamente apenas uma parte do Exército se mobilizou, muitos oficiais leais ao governo passaram a ver com simpatia, embora à distância, o desenrolar dos acontecimentos.

Assim, o que era de início a derrubada da situação de Ouro Preto, mais tarde resultaria na Proclamação da República. Segundo Marcelo Basile <sup>100</sup> menciona que as reformas propostas pelo visconde de Ouro Preto “seriam o começo da República”. Para os que na época defendiam os republicanos, “seria a prova cabal de que o Império já estava com os dias contados e que a nova forma de governo amadurecia no espírito do povo brasileiro” <sup>101</sup>.

Nesse ambiente, Deodoro e Floriano insistiam em justificar o fechamento do regime pelo perigo vigente apresentado pelo sistema imperial e dentre estas estavam, por meio das reformas proposta estava à ameaça restauradora <sup>102</sup>.

As fontes insistem em denunciar as maquinações monarquistas para desestabilizar o regime e isto ocorreu porque, embora frágil, elas existiam e, também, porque, “convinha aos republicanos manter o clima de beligerância que lhes facultava reprimir suas dissensões internas”. <sup>103</sup>

---

<sup>97</sup> VIANA, 2004, p.153.

<sup>98</sup> CARVALHO, 1990, p.32.

<sup>99</sup> CASTRO, 2000, p.32.

<sup>100</sup> BASILE, 1990, p. 292.

<sup>100</sup> COSTA, 2007, p. 489.

<sup>101</sup> Ver CASTRO, 2000, p.7.

<sup>102</sup> “Em vez de protesto seria mais viável a restauração, como remédio radical, ou, ao menos, a República unitária, como antídoto contra a dissolução do Brasil”. Ver: RODRIGUES, 1906.

<sup>103</sup> JANATTI, 2005, p.129.

É perceptível que com o passar do tempo acentuava-se ainda mais a instabilidade política, “o regime monárquico, revelava-se incapaz de resolver os problemas nacionais”<sup>104</sup>, o sentimento monárquico que para Oliveira Viana<sup>105</sup> era “partilhado por um pequeno grupo de homens, em cujo cérebro lampejava o gênio político onde era impenetrável à aspiração republicana”, passou a dar lugar à propaganda republicana, como forma imediata de conter as incoerências do poder.

Nessa conjuntura, segundo Maria de Lurdes Janotti,<sup>106</sup>

as instituições monárquicas haviam de tal ponto se esclerosado, dentro dos antigos moldes de poder, não seria possível absorver quaisquer tipo mudanças provenientes da rearticulação das forças econômicas – políticas - sociais. O mundo transformava-se, modernizava-se e o velho regime estava pelas leis da natureza ou da ciência dependendo da formação teórica do autor, fadada a ser substituída pelo novo, a República.

Assim, a ideia de remodelação do poder imperial apresentava-se cada vez mais distante da realidade do país dando lugar à propaganda republicana construída ao longo do domínio português no Brasil, que ganhava mais força nas contradições das instituições monárquicas, e que segundo mostra Emília Viotte da Costa<sup>107</sup> já vinha representando,

uma velha aspiração. No fim do período colonial, significou a revolta contra metrópole, a negação do estatuto colonial. Com a Independência, passou a significar oposição ao governo. A primeira fase poderia ser considerada a do republicano utópico, pois não havia propriamente uma ação organizada, um partido republicano e muito menos um planejamento revolucionário.

Com se pode notar a necessidade de um novo arranjo de poder passou a ser uma constante no cenário nacional. Mesmo antes do ideal de República tornar-se presente nas mentes e vontades da população imperial, percebe-se que e à medida que as incoerências iam ocorrendo dentro do governo imperial, estas contribuía diretamente para a instabilidade política, o que conseqüentemente dava mais força ao movimento republicano e aos ideais de cada uma das camadas que viam na República sua salvação.

---

<sup>104</sup> COSTA, *op. cit.*, . 453.

<sup>105</sup> VIANA, *op. cit* 170.

<sup>106</sup> JANATTI, 2005, p.142.

<sup>107</sup> COSTA, 2007, p. 490.



Desse modo, a imagem da República ia sendo moldada a partir das lacunas não preenchidas pelo Império. Analisando essa construção do ideal republicano José Murilo de Carvalho<sup>108</sup> versa que,

a imagem da primeira República se confundia quase com a da revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina, os aspectos de participação popular. Isto é, a fase que mais se aproximava da concepção de liberdade ao estilo dos antigos, segundo Benjamin Constant. Era a república da intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê de Salvação Pública. Era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos do cidadão.

Nesse sentido, passou-se a visualizar dentro da propaganda republicana feita também em torno da construção do ideário de nação, vários ramos da sociedade, que descontentes com a ordem em voga e frente a novas aspirações e a assimilação de outras formas de se pensar a gerência do poder, passaram então, a aderir ao movimento republicano e disseminar essa ideia.

Dentro desta perspectiva Leôncio Basbaum<sup>109</sup> aponta que,

duas eram as forças ativas da propaganda republicana uma construída de uma pequena camada letrada das populações urbanas - médicos, advogados, jornalistas e alguns militares de patente média, sem stratum econômico, politicamente idealista, romântica, abolicionista e até certo ponto idealista, e que via na República a redenção para os males que afligiam o país; outra constituída pelos ricos fazendeiros de café, objetivista, realista, essencialmente agrícola, escravocrata e excepcionalmente emancipacionista, que esperavam da República uma solução para as endêmicas crises que sofriam na própria carne.

Observa-se que, a publicidade em torno da República gradualmente ia ganhava força e como afirma Emília Viotte da Costa<sup>110</sup>, ao analisar essa conjuntura, “as adesões multiplicaram-se”. Várias eram as camadas sociais que se rendiam a República, diversos e diferentes eram os interesses destas que convergiam à medida que buscavam uma só identidade, um Estado Nação onde pudesse prevalecer o interesse de todos. Quanto às

---

<sup>108</sup> CARVALHO, 1990, p.201.

<sup>109</sup> BASBAUM, 1986, p.278.

<sup>110</sup> COSTA, 2007, p.484.

adesões, que menciona Emília Viotte da Costa completando o pensamento da autora José Murilo de Carvalho<sup>111</sup> mostra que,

havia uma frente ampla de interesses, que abrangia escravocratas e abolicionistas, militares e civis, fazendeiros, estudantes, profissionais, liberais, pequenos comerciantes. A ideia de povo, de pátria tinha o mérito de unir a todos, evitando embaraços.

Então, na busca por uma evolução das grandes forças políticas e por uma reorganização mais favorável do poder, esses grupos, sentiram-se atraídos pelos ideais republicanos e passaram a propagar a idéia de que substituir o governo e construir uma nação. Esta era a missão que os republicanos teriam pela frente.

Nesta empreitada, esses iam gradualmente conseguindo dar maior mobilidade as suas ideias e difundi-las para além do movimento republicano, o que era imprescindível para a evolução dos acontecimentos. A República passaria a ser uma “aspiração nacional”,<sup>112</sup> representaria nesse contexto,

a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral de possibilitava ao governo vencer sempre as eleições. Correspondendo a uma aspiração nacional o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao Proclamar a República, os militares seriam os interpretes do povo. Ao partido republicano e aos militares cabiam as glórias do movimento republicano.<sup>113</sup>

Dentro do movimento republicano como se pode perceber, e como ressalta Boris Fausto,<sup>114</sup> “um setor importante da República nascente foi o dos militares”. Esses, dentro dessa conjuntura, assim como as demais forças que iam contra o Império, tinham um interesse, buscavam afirmar-se dentro da então organização política, principalmente porque os embates entre os e o governo tornaram-se constantes, Oliveira Viana<sup>115</sup> mostrar que “o dissídio entre o Exército e o Trono vinha de longe.”

---

<sup>111</sup> CARVALHO, 2006, p. 48.

<sup>112</sup> Ver: COSTA, 2007, p.450.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p.451.

<sup>114</sup> FAUSTO, 2009, p. 246.

<sup>115</sup> VIANA, 2004, p. 13.

Realmente a “Questão Militar” perpassa as barreiras da propaganda republicana e remete-se, como já fora em outra oportunidade mencionado, à Guerra do Paraguai, onde se pode visualizar de forma mais presente os interesses dos militares.

Como pondera Johny Santana de Araújo<sup>116</sup> referindo-se aos militares pós Guerra do Paraguai, nota-se que “muitos desses militares retornaram imbuídos de uma nova consciência, que para os anos seguintes contribuíram para fim da monarquia e o início da República”, no entanto, nesse momento, os militares ligavam pelo ideal de afirmação dentro do sistema monárquico, “não por convicções republicanas”.<sup>117</sup>

Partindo desse pressuposto, os militares passaram a ter uma espécie de “sentimento de distinção de classe que se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de certo sentimento de superioridade”<sup>118</sup> que os levariam, em linhas gerais, a serem senhores da primeira hora, haja vista, em um primeiro momento, tomarem o poder com a proclamação da República.

A necessidade de mudanças do sistema de governo era partilhada não só pelos militares, como também pelos demais comandos do movimento republicano, que por meio do “extravasamento das visões de república, para o mundo extra-elite”,<sup>119</sup> passou-se a contar com um número maior de adeptos, como forma de, “antes de tudo garantir a sobrevivência da unidade política do país”.<sup>120</sup>

Acontece que nem todos os republicanos comungavam da mesma fonte, como aponta Boris Fausto<sup>121</sup> esses “vários grupos tinham interesses diferentes e divergiam em suas concepções de como organizar a República”.

Assim, dentro dessa perspectiva a República era um ideal comum, mas havia divergências quanto e como torná-la uma forma de governo. Segundo José Murilo de Carvalho<sup>122</sup> ao falar como a República era pensada por seus adeptos, afirma que “eles a enfrentaram de maneira diversa, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada”.

---

<sup>116</sup>ARAÚJO, 2009, p. 225.

<sup>117</sup>CASTRO, 2000, p.10.

<sup>118</sup>VIANA, *op.cit.*, p. 245.

<sup>119</sup>CARVALHO, 1990, p.10.

<sup>120</sup>*Ibid.*, 2007, p.22.

<sup>121</sup>FAUSTO, 2009, p. 245.

<sup>122</sup>CARVALHO, 1990, p.24.

É nítido que a atuação desses grupos não era homogênea, dessa forma, a República enquanto sistema de governo pensado por cada um desses segmentos também havia de ser peculiar. Deste modo, nota-se dentro da conjuntura brasileira no período de transição do Império para a República a presença de alguns modelos de República, aquela que seria ideal para cada desses segmentos.

Neste leque, é possível distinguir três posições, a partir da análise José Murilo de Carvalho,<sup>123</sup>

a primeira era a dos proprietários rurais, especialmente a dos proprietários paulistas. [...] Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individual do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. [...] A versão jacobina, em particular, tendia a projetar sobre a Monarquia brasileira os menos do *Ancien Régime* francês, por menos incompatíveis que fossem as duas realidades. Via-se no Império brasileiro, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção [...] Para essas pessoas, a solução ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, de igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. [...] Se não lhes interessava a solução americana, não queriam também a jacobina. [...] A versão positivista da república, em suas diversas variantes, oferecia tal saída. O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. [...] A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares [...]. Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por esse visão da sociedade e da república foi o dos militares.

Como se pode observar José Murilo de Carvalho aponta os principais véis republicanos que circulavam no imaginário dos propagandistas da República. Dentre estes, uma iria despertar de forma mais significativa o interesse de uma vertente da sociedade que nesse momento buscava inequivocamente seu valor dentro da conjuntura política, que eram os militares. Estes unindo o pensamento positivista, as idéias republicanas e o descontentamento com as medidas tomadas por Ouro Preto, tomariam a frente do movimento.

Nessa conjectura, algumas medidas tomadas pelo governo desagradaram ainda mais os republicanos, em especial aos militares. Dessa forma, a junção dos ideais propagados pelo movimento republicano à possibilidade de enfraquecimento do exército por meio de uma manobra de dispersão dos batalhões militares pelas províncias, a fim de, desmobilizar o

---

<sup>123</sup>CARVALHO, 1990, *passim*.

Exército. “De fato, Ouro Preto decidira reorganizar a Guarda Nacional e fortalecer a polícia como contrapeso à indisciplina do Exército”.<sup>124</sup> Isso seria o bastante para que em outubro de 1898 fossem, aproveitando o ambiente de inquietações, iniciadas as articulações entre os republicanos e os militares.

Toda essa instabilidade política, como mostra Basile<sup>125</sup> “só vinha a dar ainda mais força ao movimento republicano e as idéias salvacionistas nutridos pelo Exército”. Diante da iminência da República, por meio do movimento militar, e em volto aos acontecimentos que culminaria com esta, Marcelo Basile<sup>126</sup> aponta que,

no dia 09 de novembro, o Clube Militar, em assembléia presidida por Constant, deliberou pela derrubada do Império, antes da abertura de uma nova legislatura, no dia 20. No dia 11, enquanto o Imperador homenageava os oficiais da marinha chilena no Baile da Ilha Fiscal. Benjamin, Sólon, Bocaiúva, Glicério, Lobo e mais Rui Barbosa reuniram-se na casa de Deodoro, onde foi acertado o desfecho do golpe.

Sentia-se cada vez mais próxima a República, militares e civis juntos logo fariam o Império sucumbir. Alguns acontecimentos, no entanto, precipitariam os planos dos militares, como por exemplo, os inúmeros boatos que rondavam por toda parte acerca de medidas severas que seriam tomadas contra o Exército. A cada, notícias dessas, trazidas pelos jovens oficiais, “Deodoro explodia: Não permitirei isso! Assestarei a artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me”.<sup>127</sup>

Aproveitando-se desse ambiente de agitação, alguns elementos do Partido Republicano Paulista e do Rio de Janeiro voltaram a insistir com os militares para que se colocassem à frente de um movimento contra o governo, desarticulando todo o sistema imperial. Seria bastante para dar início mais tarde a tomada do poder,

na manhã de 15 de novembro o general assumiu o comando das tropas revoltosas, desde a madrugada reunidas no Campo de Sant’Anna, e dirigiu-se ao quartel-general do Exército, depondo o ministério que estava ali reunido. O Imperador, que se encontrava em Petrópolis, voltou rapidamente a São Cristóvão e ainda tentou organizar um novo gabinete, mas, ao saber que a República havia sido proclamada, na Câmara Municipal, às três horas da tarde, nada mais fez. Dois dias depois, a família imperial partiu para a

---

<sup>124</sup>CARVALHO, 1990, p.39.

<sup>125</sup>BASILE, 1990, p.292.

<sup>126</sup> *Ibid*, p.293.

<sup>127</sup>CARVALHO, *loc.cit*.

Europa. Não houve reação de nenhum setor da sociedade, nem grandes manifestações populares de apoio.<sup>128</sup>

Dessa forma, a República estava proclamada e com o advento desta “coube ao Exército a missão temporária de ocupar o poder e institucionalizar o novo regime”<sup>129</sup> o que não seria tão difícil, já que, o sistema republicano havia sido instaurado sem contar com a reação população, que agiu com uma espécie de “Indiferentismo”<sup>130</sup> perante aos acontecimentos, muitos, nem sabia o que se passava, sabiam que tinha dormido Império e acordaram República e como aponta José Murilo de Carvalho<sup>131</sup> sintetizando os pensamentos apresentados com relação a participação destes, mostra que,

o povo assistiu bestializado a proclamação da República, segundo Aristides Lobo; não havia povo no Brasil, segundo observadores estrangeiros, inclusive os bem informados como Luiz Couty; o povo fluminense não existia, afirmava Raul Pompéia.

No entanto, desmistificando as várias visões o mesmo autor irá afirmar que “povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva o bestializado era quem levasse a política a sério. [...] Quem assistia [...] realizava sua revelia”.<sup>132</sup>

Como se pode perceber o povo nada tinha de bestializado, agiu com indiferença aos acontecimentos, apesar de ter suas aspirações e acreditar que “a República podia significar tanto governo livre como governo da lei e um governo popular”<sup>133</sup>, não estavam familiarizados em participar da política, o que foi aproveitado pelo militares, que dentro da “revelia do povo”, achava o ambiente perfeito para que a República fosse Proclamada pelo Exército.

Convém mencionar também a postura de D. Pedro II frente aos acontecimentos que segundo Janatti “a passividade de D. Pedro II perante os militares que o depuseram estava contida em sua declaração de não submeter-se, pela força das circunstâncias e para a tranquilidade do povo brasileiro a imposição do que lhe era feito”.<sup>134</sup>

---

<sup>128</sup> CARVALHO, 1990, p.39.

<sup>129</sup>JANATTI, 2005, p.127.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p.132.

<sup>131</sup> CARVALHO, 2006, p 140.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p 160.

<sup>133</sup>CARVALHO, *op. cit.*, p.18.

<sup>134</sup> JANATTI, 2005, p.127.

Assim, Celso Castro <sup>135</sup> ao analisar essa conjuntura afirma que,

o golpe de 1889, ou a “Proclamação da República”, como passou à história foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então “proclamada” sempre esteve em alguma medida marcada por esse sinal de nascença.

Os militares viam a proclamação da República como algo ainda pertencente a “Questão Militar”, sendo seu ato final, “sua solução definitiva pela eliminação de um regime que, segundo eles, era dominada por uma elite bacharelesca infensa aos interesses castrenses, desrespeitosa dos brios militares”. <sup>136</sup>

A afirmação também encontra apoio nas análises de Emília Viotte da Costa <sup>137</sup> que aponta,

a mudança será imposta sob a forma de golpe militar, ficando, entretanto contida dentro dos limites de interesses dos grupos que integram o movimento e que realizarão apenas as modificações institucionais necessárias à sua ascensão ao poder e à realização de uma política econômica e administrativa propícia aos seus interesses.

Dentre essas variantes, pode-se dizer que o movimento republicano teve como seu maior expoente os militares, José Murilo de Carvalho <sup>138</sup> ressalta que a República “resultou de um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital”. Assim, é fácil perceber que a República brasileira não foi apenas obra do golpe militar.

Para Emília Viotte <sup>139</sup> o advento da República,

resultou da conjunção de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República.

---

<sup>135</sup>CASTRO, 2000, p.08.

<sup>136</sup>CARVALHO, 1990, p.293.

<sup>137</sup>COSTA, 2007, p. 490.

<sup>138</sup>CARVALHO, 2006, p 13.

<sup>139</sup>COSTA, *op. cit.*, p. 491.

Assim, com base nas análises empreendidas por Emília Viotte da Costa <sup>140</sup> pode se apontar que o “regime monárquico, revelando-se incapaz de resolver os problemas nacionais a contento [...] de cuja solução dependia o desenvolvimento da nação, perdera prestígios, sendo derrubado por uma passeata militar.

A proclamação da República é decorrência, portanto, de profundas transformações que se vinham operando no país e seria possível, a partir da visão de Emília Viotte da Costa, em decorrência das articulações não só dos militares, mas também daqueles grupos que viam na República a chance mais próxima de haver uma reorganização do poder.

Nesse contexto, com o advento da República, José Murilo de Carvalho <sup>141</sup> afirma que “de uma coisa, porém, estavam certos os fundadores, ou a grande maioria deles: a base filosófica da construção que deveriam empreender a base do novo pacto político tinha de ser predominância do interesse individual, da busca pela felicidade.”

No entanto, mesmo prevalecendo o interesse individual de cada uma dessas classes que pretendiam governar o país, a pretensão de proclamarem uma República no Brasil, fez com que fosse percebida de forma mais visível a presença de três frentes de força, onde em uma estavam os militares, outra seria ocupada pelos fazendeiros e a terceira seria conjugada pelas forças dos representantes da classe média urbana.<sup>142</sup>

Por um momento, esses segmentos da sociedade estiveram unidos por um único ideal, que os fizeram fortes a ponto de desestabilizar as bases enfraquecidas do velho Império implantando aquela que seria até os dias atuais a forma de governar o Brasil. A República estava então proclamada, com resistência ou não passava a ser a esperança para aqueles que acreditavam que o Brasil poderia constituir-se enquanto um Estado-nação.

Toda essa discussão é necessária para que seja visualizado que no alcance de tal interesse era preciso não só a proclamação da República, mas um sólido projeto de nação <sup>143</sup> que atendesse as necessidades buscadas desde os tempos do Império e que refletiriam diretamente na implantação da República.

Nesse sentido, tentando sistematizar essas necessidades, a partir da análise da conjuntura política do Brasil na transição do Império para a República, Antônio Coelho Rodrigues iria propor dentro desse cenário um projeto, no qual afirmaria o Brasil enquanto um estado com uma identidade nacional, um verdadeiro Estado Nação. Esse será o próximo objeto de estudo do presente trabalho.

---

<sup>140</sup> COSTA, 2007, p. 454.

<sup>141</sup>CARVALHO, 1990, p. 18.

<sup>142</sup>Ver: COSTA, *op.cit.*, p. 491.

<sup>143</sup>Buscado de forma mais intensa a partir da Guerra do Paraguai.



### CAPÍTULO 3

#### ANTÔNIO COELHO RODRIGUES: Sua contribuição para a formação do Estado Nacional Brasileiro.

A atenção, nesta parte do trabalho, recai, precisamente, no estudo do projeto de nação proposto por Antonio Coelho Rodrigues, um dos diversos intelectuais<sup>144</sup> que pensaram a conjuntura brasileira durante os anos finais do século XIX e início do século XX e propuseram para este um projeto de criação de uma nacionalidade.

Nesse sentido, a partir da análise da obra de Antonio Coelho Rodrigues, percebe-se que este, por meio da vivência de sua época tentou definir os parâmetros que fomentariam na nação brasileira a criação e promoção de elementos caracterizadores dos Estados – Nação da época, principalmente a partir da criação de uma história para o Brasil, porque “não há sociedade sem história”.<sup>145</sup>

Assim, observa-se que estudar as especificidades de um determinado período dentro da história é uma tarefa bem complexa, haja vista as diversas interpretações dadas aos fatos ocorridos dentro dessa conjuntura.

Dessa forma, a partir do momento que se propõe analisar fatos históricos com o intuito de que se entenda o presente, as dificuldades encontradas dentro do cerne das ambíguas interpretações mostram quão importante e necessário é “a distinção entre passado e presente”<sup>146</sup> para que se consiga legitimar os acontecimentos despendidos nesse ínterim.

Dentro dessa discussão, necessária para que se possa compreender o desenrolar dos acontecimentos despendidos nesse intervalo de tempo, perceber-se a importância que apresenta a história para legitimar a narrativa de uma sociedade, explicada pela “necessidade que as sociedades têm de alimentar num imaginário real”.<sup>147</sup>

Partindo desse ponto de vista, os anos finais do século XIX e início do século XX foram de suma importância para que as nações do globo percebessem o quanto era imperativo possuírem uma história, um projeto que os firmassem enquanto detentores de soberania, território e de um povo, onde pudessem construir uma história que os justificassem, e que legitimassem seu poder, frente a outros grupos, assim como também frente às futuras gerações.

---

<sup>144</sup> Como Januário da Cunha Barboza, Karl Friedrich Von Martius e Francisco Adolpho de Varnhagen.

<sup>145</sup> LE GOFF, , 2003, p. 53.

<sup>146</sup> *Ibid*, p. 207.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 145.

Dentro desses comportamentos e “movimentos nacionalistas”<sup>148</sup> o Brasil encontrava-se em um período de transição onde tentava afirma-se enquanto um país como uma identidade, um Estado - nação como os que há algum tempo já haviam se estabelecido na América.

Para tanto seria imprescindível que o Brasil tivesse uma história nacional construída e preservada na forma de pensar o Estado e de legitimar o poder exaltando a memória nacional, elaborando assim a história nacional por meio de um projeto de nação estruturado, uma vez que esta passou a ser vista com “arma política”.

Desta forma, construir uma história e fundar a própria nacionalidade era necessidade extrema para o Brasil, no entanto por onde começar?

Envolto a essa necessidade algumas mentes intelectivas<sup>149</sup> adentrariam neste cenário com o intuito de criar um discurso que convalidasse o Brasil enquanto um país possuidor de uma identidade, para estes intelectuais que elaboravam a narrativa nacional no século XIX, não bastava que o Brasil fosse uma nova nação “ele devia estar prefigurado desde os tempos coloniais, pois esse passado podia se constituir em um cimento importante para um país que tinha a integridade do seu território ameaçada”.<sup>150</sup>

Como se pode notar tornou-se urgente, criar mecanismos pátrios, afirmando a identidade nacional, “estabeleceu-se então um fenômeno de causação circular, em que intelectuais e massas, tão frequentemente distanciados em momentos anteriores, passaram a interagir tendo a história como elo”,<sup>151</sup> haja vista que o que era disperso precisava ser agregado discursivamente por uma estratégia de convencimento que pretendia superar a impossibilidade de utilização de um modelo eurocêntrico e homogêneo para explicar a brasilidade.<sup>152</sup>

Até então o Brasil não era reconhecido por suas características, mas sim, como uma extensão da cultura portuguesa localizada no além-mar, o que identificava o Brasil era corriqueiramente remetido à metrópole, “sequer havia um Estado propriamente dito e localizado em seu território, em virtude da condição colonial”.<sup>153</sup>

---

<sup>148</sup>LE GOFF, 2003, p. 217.

<sup>149</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 19.

<sup>150</sup>JUNIOR, Salah H. Khaled; **HORIZONTES IDENTITÁRIOS**. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p.25. On – line. Site: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>. Acessado em 07/09/2012.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 24.

Não havia uma promoção do sentimento nacional era tudo muito aportuguesado, assim “percebe-se o quanto o Brasil estava distante de ter um sentido próprio para os seus habitantes”.<sup>154</sup>

Isto de fato era preocupante, “representa um problema com que a elaboração discursiva da nação teria que lidar, pois um dos elementos que por excelência legitimam uma nação é a sua antiguidade, solidificada pelo decurso do tempo”.<sup>155</sup>

E até então, a narrativa histórica que se conhecia era estritamente ligada a elementos europeus e embora fosse desejável para a invenção da narrativa nacional que um sentimento de identificação com o Brasil já estivesse presente desde os primórdios da colonização, o fato é que durante séculos, a única perspectiva identitária realmente existente, para as próprias elites, era a portuguesa.

O anseio por uma identidade nacional, caracterizador dos Estados-nação inexistia ou quando se fazia presente da a entender que era português e estes não estavam interessados em estabelecer na sociedade brasileira elementos nacionais, o que inibia e dificultava a aparição de um sentimento nacional em prol dos elementos pátrios.

No entanto, com o decorrer do tempo e com a evolução das relações social, política, econômica e em consequência dos elementos da modernidade que vinham sendo gradativamente disseminados mundo a fora o sentimento nacionalista e a necessidade de se impor enquanto um estado forte e portador de uma identidade perante as demais nações, fez com que fosse despertando nas mentes de alguns brasileiros e inclusive da própria coroa, que nesse momento precisava legitimar seu poder, um sentimento patriótico, que deveria ser coerente para que se pudesse a partir de articulações políticas surtir efeitos.

Surgem em meio a este contexto, dentro do século XIX, uma verdadeira busca por uma identidade nacional, desenvolvida por meio de uma política de memória brasileira que com afirma Arno Wehling<sup>156</sup> envolveu três níveis como se pode visualizar abaixo,

essa política da memória nacional envolveu três níveis. O mais espontaneamente, mas ainda profundamente relacionado ao establishment regressistas, foi o plano literário com a “busca da identidade nacional” através do romantismo, de Domingos de Magalhães a Gonçalves Dias e José de Alencar. Os demais dependeram da ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que, nas suas respectivas esferas, deveriam contribuir para consolidar a educação e a cultura e a administração pública do país, conforme afirmado nos documentos que as instituíram; e o estímulo oficial à criação, pela sociedade

---

<sup>154</sup> JUNIOR, 2010, 24.

<sup>155</sup> *Ibid., op cit.*

<sup>156</sup> WEHLING, 1999, p. 19.

Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas culturais, educacionais e administrativas claramente enunciadas.<sup>157</sup>

Como se pode perceber a questão da unidade nacional desenvolvida dentro do cenário brasileiro entre o século XIX, estrutura já estudada em oportunidades anteriores atribuíam “valor ideológico primordial ao conhecimento da história para consolidar as instituições e a própria nação”.<sup>158</sup>

Nesse sentido a extensão do que implicava a condição colonial para o surgimento de uma identificação nacional é bem demonstrada por impedimentos que são de ordem político-administrativa. Além do âmbito subjetivo, encontrava-se a própria questão do espaço colonial, da disparidade de seu desenvolvimento e de sua delimitação política.<sup>159</sup>

Para que fosse possível perpassar estes entraves era imprescindível a criação de um órgão que gerenciasse os pensamentos existentes sobre a criação de uma nacionalidade para o Brasil e fomentasse tal um projeto, nesse sentido,

tanto o projeto político regressista, como as teses dos chamado “liberalismo doutrinário” e os textos historiográficos, conforme se apresentam nos primeiros anos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, [...] defendiam os mesmos pontos fundamentais: a monarquia constitucional e a unidade do país, uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”, as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local.<sup>160</sup>

Foi no Brasil do século XIX, que a construção e divulgação de uma história oficial da nação brasileira começou a ser construída. Este trabalho fazia parte do projeto imperial de promover o Brasil à categoria de nação patriótica, processo semelhante aquele pelo qual passaram as noções européias também em construção naquele período.<sup>161</sup>

---

<sup>157</sup> BITTENCOURT *apud* WEHLING, 1999, p. 34

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p.26.

<sup>161</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes, QUANDO HISTORAR É INVENTAR A NAÇÃO: Uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX., 2208, p. 86.

Essa função seria atrelada ao Instituto de História e Geografia do Brasil (IHGB), que criado em 21 de outubro de 1838 apresentou-se como um órgão de fundamental importância frente à missão histórica que seria a “invenção da nação”.<sup>162</sup>

Segundo Arno Wehling,<sup>163</sup>

no século XIX o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se propôs a elaborar um passado para a nação, a construir esse passado discursivamente e, portanto, a compor uma narrativa nacional. Nesse sentido, parece interessante verificar quais eram os elementos sobre os quais a nação poderia ser construída discursivamente e porque a invenção da nação se fazia tão necessária à viabilidade do país. Qual era a situação do Brasil enquanto colônia e enquanto país recém independente, e de que forma esse passado poderia – ou não – ser moldado para promover, através de uma narrativa nacional, um sentimento de identificação com o todo da nação?

O exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais concreta realização, no plano cultural, desse objetivo.<sup>164</sup> No Império Brasileiro a tarefa de formular uma ideia de nação para o Estado coube, primeiramente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda na primeira metade do século XIX.

A grande questão era a da escrita da história e o trabalho de escrita que lá começou a ser tramado tinha como meta delinear um perfil para o país que o mostrasse como um espaço de civilização no “Novo Mundo”.<sup>165</sup>

Nesse sentido um grupo seletivo de intelectuais iria junto ao IHGB escrever e descrever a nação, contribuindo para o projeto indenitário que está a se formar, neste distinto time encontravam-se, por exemplo, Januário Barbosa, Raymundo da Cunha Mattos e Karl van Martius, conhecidos como “os românticos da historiografia, já que o projeto de História desse grupo constituía em dar um passado ao Brasil, criar uma nação”.<sup>166</sup>

Como se pode perceber a criação do IHGB e atuação destes intelectuais foi o pontapé inicial para a articulação de um projeto de história para o Brasil, onde a partir daí se pudesse disseminar um plano de nação para o país.

Esse plano de nação não ficaria restrito somente ao IHGB e aos participantes deste órgão, alguns intelectuais fora desta esfera e algumas vezes influenciados pela abrangência que teve a ideia proposta por estes quanto à criação do projeto de nação, também se

---

<sup>162</sup> WEHLING, 1999, p. 22.

<sup>163</sup> WEHLING, 1999, p. 28.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>165</sup> BOEIRA, 2008, p.86.

<sup>166</sup> LOPES apud GASPARETO, 2009.

propuseram a estudar e criar mecanismos que subsidiassem um plano de nacionalidade para o Brasil.

Dentre essas figuras que tentaram criar um discurso histórico e contribuir para a historiografia brasileira encontra-se Antonio Coelho Rodrigues, figura cujo pensamento referente à nação passa-se a analisar a frente após um breve explanação de sua biografia.

### **3.1 Um pouco sobre Antônio Coelho Rodrigues**

O ideal de nação foi um propósito presente nas inúmeras mentes que projetaram o Brasil durante os anos finais do século XIX e início do XX, um momento transitório onde os ideais de evolução pairavam sob a égide um novo tempo. Esse novo tempo está presente na escrita de inúmeros literatos que pensaram um projeto de nação para o Brasil, no referido período.

Nesse contexto, poucos são os estudos referentes à participação e importância desse conjunto distinto de figuras, que traçaram um panorama do Brasil em suas obras no referido lapso temporal, principalmente quanto ao pensamento de Antonio Coelho Rodrigues verificando-se inclusive que este “ocupa um espaço morno, de menor relevância”<sup>167</sup> nesse contexto.

Apesar desse descaso com o pensamento de Coelho Rodrigues este se apresenta com um literato que assim como alguns de seus contemporâneos tentou definir o Brasil, a partir de subsídios que criou para entender seu país nos períodos finais de XIX e anos iniciais do século XX, instituindo assim um projeto de nação para o Brasil.

Segundo Antonio Chrysippo de Aguiar<sup>168</sup> nos mostra Coelho Rodrigues nasceu em 04 de abril de 1846, na fazenda Boqueirão, município de Oeiras, localizado no semi-árido nordestinos do Piauí, hoje cidade de Picos, a 04 de abril de 1846, filho de Manuel Coelho Rodrigues e Ana Joaquina de Souza Martins, sendo avôs paternos Joaquim de Souza Martins e Teresa de Jesus Maria, fora batizado com o nome de Antonio de Souza Martins em 15 de agosto de 1846.

Por questões de foro íntimo, em decorrência de contrariedades familiares, adotou o nome de Antônio Coelho Rodrigues, sobrenomes de Valério Coelho Rodrigues, criador de

---

<sup>167</sup> AGUIAR, Antonio Chrysippo de. **Direito Civil** – Coelho Rodrigues – e a ordem do silêncio. 1. Ed. Halley S.A Gráfica e Editora.Teresina:2006, p.15.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p.19.

gado bovino-século XVIII, seu tataravô. Durante o tempo que conviveu com a família teve uma boa instrução, aprendendo português, francês, latim, filosofia e aritmética.

Em 1862, como nos mostra Antonio Chrysippo De Aguiar<sup>169</sup>,

adolescente determinado, em 1862 matriculou-se na histórica Faculdade de Direito de Recife, passando a conviver em meio a intelectuais mais pujantes daquele momento marcante da cultura nacional, num ambiente de estudo e debates filosóficos, propícios ao desenvolvimento dos conhecimentos humanos.

Após o quinquênio que estudou na Faculdade de Direito do Recife, cerne da cultural de referência da nação brasileira, centro de apologia das “ideias novas”, onde discutiam e vivenciavam “propostas de explicação científica do mundo, lutas visando à democratização do país, explicações naturais acerca do homem e da sociedade, participação em polêmicas anticlericais, bandeiras do abolicionismo e do republicanismo”<sup>170</sup>, tentou fugir das explicações tradicionais de mundo e divulgar a expansão das novas concepções advindas com a modernidade.

Diante desse cenário Coelho Rodrigues foi um estudante destacado dentre seus contemporâneos da Faculdade do Recife, levando consigo diversos e valiosos ensinamentos que lá aprendera, principalmente quanto a “libertar a mentalidade nacional do obscurantismo e das credices tradicionais”<sup>171</sup> pensamento empregado principalmente quanto à escravidão.

De volta ao Piauí, em 1866, como nos mostra Antonio Chrysippo de Aguiar,<sup>172</sup> Antônio Coelho Rodrigues, foi convidado por Simplício de Sousa Mendes “para dirigir o jornal do Partido, Moderação, Coelho Rodrigues aceitou o convite e a primeira medida que tomou no jornal foi mudar o seu nome para O Piauhy”.

Neste momento filiou-se ao Partido Conservador, e iniciou suas atividades políticas, passando a difundir e irradiar, por meio de sua atuação na política e jornalística, o substrato daquilo que seria as bases para a sua proposta de nação, passando a ser um grande expoente para o Piauí.

---

<sup>168</sup> *Ibid.*, p.20.

<sup>170</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: FMC, 1994. p.76.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p.76.

<sup>172</sup> AGUIAR, 2006, pag. 23.

Antônio Chrysippo De Aguiar<sup>173</sup> ponta que,

essa posição agrada, sobretudo porque assumida por um moço inteligente, que utiliza o jornalismo sério e a oratória fluente na peleja constante das grandes causas. Os Conservadores, velhos e novos, têm-no, desde logo, como interprete e mentor. Abre-se, assim, o caminho de uma longa e acidentada vida pública.

Antônio Coelho Rodrigues entra na vida política a partir da sua formação, do grande saber político, filosófico, jurídico e da persuasiva oratória e escrita que detinha, corroborando com o posicionamento, nesse contexto “ser bacharel homem das letras, é um modelo que dominava por várias décadas”.<sup>174</sup>

Fazendo uso desse artifício em 1867, enquanto dirige o Jornal “Moderação”, concorre a mandato na Assembléia Provincial, sendo derrotado no pleito eleitoral, em seguida se perpetuaram as perseguições, as portas se fechavam, o jovem promissor impunha receio aos seus conterrâneos adversários, o ambiente se apresentava desfavorável. Aos vinte e dois anos de idade, em junho do ano de 1868, diante das adversidades que se formaram no Piauí, retirou-se para a cidade de Recife.

Como mostra Teresinha Queiroz<sup>175</sup> Antônio Coelho Rodrigues foi um bom exemplo da prática que ela chamou de “migrações intermitentes por perseguições políticas” ressaltando a absolvição de outros estados, desencadeando assim, outros planos e diferentes perspectivas quanto à sua organização dentro da política, o que fez com que novos rumos fossem tomados pelo jovem Coelho Rodrigues.

Em sua “migração” Coelho Rodrigues de passagem por Salvador embarca para o Rio de Janeiro, capital do Império, de onde retorna ao Piauí, dessa vez ao regressar tem o apoio político necessário aos seus propósitos. Em outubro de 1868, novamente em Teresina “seu nome é indicado para concorrer às eleições da Assembleia Geral Legislativa, contudo dela discorda, mas é eleito com unanimidade”.<sup>176</sup>

Desde então sua carreira política lhe daria vários títulos. Como Deputado Federal no período de (1876-1878 e 1886-1889), deputado provincial (1874-1875), Senador (1893-1896) e prefeito do Distrito Federal de (01/01/1900 a 06/09/1900) fez parte da comissão de

---

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>174</sup> QUEIROZ, *loc. cit.*

<sup>175</sup> *Ibid.*, p.15.

<sup>176</sup> AGUIAR, 2006, pag.23.



jurisconsultos que deu parecer sobre o projeto de Felício dos Santos de um novo Código Civil (1881).<sup>177</sup>

Por contato de 15/07/1890 elaborou seu próprio projeto, redigido em Genebra (Suíça), inspirado no Código de Zurique e nos princípios dominantes na Alemanha. Patrono da Cadeira nº 12 da APL e da Cadeira nº 8 da Academia de Letras da Região de Picos. Redigiu o decreto que estabeleceu o casamento civil. Publicou: “Consultas Jurídicas” (2 volumes - 1873), “Institutas do Imperador Justiniano” (tradução do latim - 2 volumes - 1879 e 1881), “Manual do Súdito Fiel ou Cartas de um Lavrador a sua Majestade, o Imperador” (sobre a questão do elemento servil - 1893), “Projeto do Código Civil” (1897), “A Republica na América Latina” (1905) e “A República na América do Sul” (1906).

Enfim estudante destacado dentre seus contemporâneos da Faculdade de Recife, Antonio Coelho Rodrigues foi advogado, jornalista, político, professor e intelectual vigoroso, publicou obras importantes e desempenhou atividades públicas proeminentes no momento em que desmoronava o Governo Imperial e inaugurava-se a fase República e o mais importante para o presente estudo dentro de sua intelectualidade elaborou um projeto de nação, a partir da análise da sua época, para o Brasil. E o que será estudado adiante.

### **3.2 A Construção de uma Nação em Antonio Coelho Rodrigues**

Pensar uma identidade para o Brasil foi um dos principais propósitos de Antonio Coelho Rodrigues em sua obra “A Republica na America do Sul” (1906). Entre as multifacetadas que este apresenta dentro do contexto por ele descrito, percebe-se a partir de sua proposta um Brasil envolto a um processo de transição, onde a administração do país a princípio monarquista dava lugar à ordem republicana.

Este, estudioso do seu tempo, preocupado com os rumos que tomava o seu país, ao examinar tal contexto, tentou criar um projeto de nação para o Brasil, enfatizando que os problemas que o Império vinha enfrentando tinham raízes bem mais profundas do que a visão superficial da época conseguia considerar, e estavam em pontos que pareciam despercebidos e que no momento despencavam um por um a ponto de dissolver a monarquia, fazendo esta cair aos pés de uma nova forma de governo, haja vista que “parecia-lhe proximo e inevitavel o advento da Republica”.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> SANTOS, Rodrigues dos. A. COELHO RODRIGUES. Revista piauiense dos Municipios, Picos, 1978. p. 92-98.

<sup>178</sup> RODRIGUES, 1906, p.15.

Lutar contra a implantação desta tornou uma tarefa bem difícil, uma vez que, as bases do governo que já defasadas pelo longo lapso temporal de vigência dos portugueses no poder, que como já é de conhecimento comum remota a colonização.

Rodrigues aponta que,

durante mais de três séculos, e desde os primórdios, fomos colônia da monarquia absoluta de Portugal. Neste largo período variou algumas vezes a forma da administração mas sempre foi o mesmo regimen do governo[...] as nossas raras commoções intestinais foram, nesses tempos, quasi sempre ephemeras e circumscriptas a um ou outro ponto do território da vasta colônia.<sup>179</sup>

No entanto, o que até então parecia uma estrutura imóvel começou a dar lugar a manifestações que buscavam acima de tudo uma mudança na forma de gerir os rumos que o país havia de seguir. Isto foi visto mais de perto após a guerra do Paraguai onde se pode perceber a implantação de novas ideologias advindas da modernidade, que já foram oportunamente explanadas, e como visto possibilitariam a ruptura da Monarquia e a proclamação da República.

Neste contexto Antônio Coelho Rodrigues versa que,

tal era a atmosphaera política, que desde 1871 se formára nas camadas superiores e que em 1889 já havia attingido ás inferiøre.[...] as raizes da Monarquia haviam secado no solo da America.[...] mas, contente ou descontente, ninguém ousava passar da propaganda platônica á reacção effectiva contra as instituições vigentes.<sup>180</sup>

O movimento intelectual dos anos de 1870 é visto como uma manifestação de contestação do *status quo* imperial.<sup>181</sup> Período este resultante da crise política e da reforma conservadora da virada dos anos 1860 para os 1870 que foi, em síntese, a configuração de uma nova “estrutura de oportunidades politicas”.<sup>182</sup>

Nessa conjuntura “a continuação do *status quo* parecia tão insupportavel como impossível”<sup>183</sup>, para Ângela Alonso a nova estrutura de oportunidades políticas mostrada por Coelho Rodrigues era mais “permeável à manifestação pública e coletiva de insatisfações por grupos sociais marginalizados pela dominação saquerema”, dava se assim “as condições para

---

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>180</sup> RODRIGUES, 1906. p. 10.

<sup>181</sup> ALONSO, 2002, p. 45

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>183</sup> RODRIGUES, *op. cit.*, p. 40.

a emergência de um fenômeno político novo, um movimento de contestação política-intelectual ao *status quo* imperial”.<sup>184</sup> Não duraria muito tempo a República ser proclamada.

Como se pode perceber o advento de novas formas de pensar o governo, e que levaria este a um patamar desejado, que se realizaria com a República, parecia surgir com toda força a partir de 1870. Nesse momento, segundo expõe Antonio Coelho Rodrigues, tiveram papel de fundamental importância,

o Exército e a Armada que tomaram a responsabilidade do facto, habilmente incitados por Quintino Bocayuva, na Côrte, Rangel Pestana<sup>185</sup>, e Silva Jardim com outros companheiros, lá e aqui; os dous primeiros nos seus jornais, o terceiro em conferencias mais ou menos publicas, com as quaes acompanhou o Conde d’E na sua viagem ao Norte.<sup>186</sup>

Inevitavelmente estes segundo Coelho Rodrigues fizeram acontecer e proclamaram em 15 de novembro de 1889 a República.

No entanto, o que era para ser algo virtuosamente planejado, segundo o mesmo autor esta fora feita prematuramente, sob a responsabilidade do Exército e da Armada, “figuraram aos dous chefes mais considerados por sua posição e prestígio: o Marechal Deodoro<sup>187</sup> e o Visconde de Pelotas”<sup>188</sup> contando com a participação de um “pequeno grupo de positivistas do Exército, também inimigos das patrias grandes, aproveitaram o ensejo para, á sombra de Benjamin Constant, introduzirem os seus lemas e formulas na bandeira nacional.”

189

O novo regime que fora apregoado aqui e lá fora “como restaurador do caracter”,<sup>190</sup> não viu nenhum sinal de resistência, uma vez que o povo estava alheio aos acontecimentos por vontade própria diferente do que se pensou na época e que hoje alguns ainda proclamam,

---

<sup>184</sup> ALONSO, *op. cit.*, p. 95.

<sup>185</sup> Francisco Rangel Pestana signatário do Manifesto Republicano (1870), foi deputado da província de São Paulo em diversas legislaturas e, proclamada a República, assumiu a direção da província no triunvirato em que também faziam parte Prudente de Moraes e o coronel Joaquim de Sousa Mursa. Em 1890, foi eleito senador, cargo que exerceu até 1896. -on line: Site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Rangel\\_Pestana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rangel_Pestana).

<sup>186</sup> RODRIGUES, 1906, p. 11.

<sup>187</sup> O Marechal Deodoro era uma alma talhada em ponto grande, não tinha qualidades pequeninas boas ou más, nenhuma era vulgar, e as primeiras eram mais numerosas que as segundas. Entre aquelas sobressaiam a lealdade para com os amigos para os quaiis era tão indulgentes como intolerantes com os inimigos, nos quaiis não presumia virtude alguma, até a prova em contrario. Ver: Rodrigues, 1906, p. 16.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p.48.

o nosso povo é em geral pacífico, em grande parte até passivo, e sempre disposto a receber com gratidão qualquer impulso benévolo do Governo, de quem tudo espera, em quem chega a confiar ao ponto das nossas principais industrias julgarem poder viver á custa dos auxílios delle.<sup>191</sup>

Nesse sentido, conforme mostra Coelho Rodrigues a proclamação da República “foi operada pela ilusão generosa de poucos, pela voracidade de alguns e pela passividade geral da massa”<sup>192</sup>. Esta última “assistiu a proclamação, não diremos, como um dos seus Ministros, *bestificado*, mas indiferente”.<sup>193</sup>

Quanto ao resto do país observou, em vez de resistência notou-se que as adesões “formigaram como as pragas do Egipto; de modo que, em vez da reacção, que o novo regimen devia receiar da parte dos defensores do antigo, com três séculos de raízes, correu risco de congestão por excesso de sangue novo e falta absoluta de resistência”.<sup>194</sup>

Segundo Antonio Coelho Rodrigues o novo regime resumia-se da seguinte forma,

o novo regime, no exterior gangeou-nos a desconsideração e o pouco caso da América do Norte, com os vizinhos da America do Sul, nossos aliados naturaes contra o inimigo comnum, mas hoje prevenidos contra nos pelas prometidas reformas do Exército e da futura esquadra, que ou não se fará; ou será vendida antes de feita, como é de praxe;[...]no interior o povo se estorce nas vascas da miséria e nas garras do despotismo, que nem mesmo em seu lugar doméstico o deixa dormir tranqüilo, emquanto os políticos de profissão, ébrios do incenso da imprensa neutra e ou mercenária, são levados em andor pelos raros fetiches desta chamada Republica por fethistas.

Como se pode perceber a partir da escrita de Coelho Rodrigues a República transformava-se em uma “industria política”<sup>195</sup> onde “ nunca estivemos tão longe della, como depois que a proclamamos”.<sup>196</sup>

Diante de tais premissas e para tantas outras que delineiam a escrita de Antonio Coelho Rodrigues dentro do livro a “República na America do sul” (1906), pertinente à proclamação da República, percebe-se que este propôs por meio de um projeto de nação medidas que visariam à integração do país e a criação de uma identidade para o Brasil, sendo

---

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>193</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>194</sup> RODRIGUES, 1906,p. 95.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. IX.

<sup>196</sup> *Ibid.*, p. 154.

que a forma preconizada para tanto seria por meio de uma forma de governo que se ajustasse aos contornos das necessidades brasileiras.

Com base em tal visão e com as devidas ressalvas Antonio Coelho Rodrigues criou um discurso no qual propunha a restauração da monarquia e em contrapartida, como é de se esperar de um sujeito camaleônico como ele, um conjunto de lições que tentariam fazer da República no Brasil o sistema mais puro e democrático de governo, quando instalada, para tanto era necessário em um primeiro momento lançar bases seguras para que quando fosse hora o Brasil estivesse preparado para tamanha responsabilidade, sob pena de que sua antecipação causasse à desvirtuação daquela que deveria representar a forma mais verdadeira de governo.

A propaganda republicana usava como um dos seus argumentos a do novo regime a “integração do Brasil no modelo adotado por todos os outros países da América. Com a República, realmente, o Brasil deixou de se distinguir dos países latino-americanos”.<sup>197</sup>

Nota-se que a proclamação da República com acentuava Antonio Coelho Rodrigues seria “a evolução natural dos acontecimentos, mas era necessário estar preparado e amadurecido para receber as virtudes trazidas pela nova forma de governo, a República”, porém o Brasil ainda não correspondia a essas características, motivo pelo qual deveria permanecer monarquia até que reverteresse tal situação.

Explicitando esse contexto Antonio Coelho Rodrigues vai construindo aquele que seria seu projeto de nação, mostrando como o país funcionava até então e como deveria funcionar a partir do plano de ação proposto por este.

O certo era que como o país ainda não se apresentava conforme o preceituado por Rodrigues cabia a sociedade da época “convencidos do mal feito e resolvidos a repará-lo”<sup>198</sup> e o único meio de salvar o país da pseudo-república<sup>199</sup> que se instalava era,

começar a obra dos alicerces, reconstruindo a família, tolerando, ao lado do registro civil obrigatório, o casamento religioso, que revigore o amor pela fé, e reformando radicalmente a educação neolatina, que pode fornecer, matéria prima para a democracia anglo-saxônica.

---

<sup>197</sup> CARVALHO, José Murilo. **A Contestação da Ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.p. 235.

<sup>198</sup> RODRIGUES 1906, p 84.

<sup>199</sup> Joaquim Nabuco era monarquista porque a lógica dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a Monarquia Parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a Ditadura Militar, quando a sua legítima sucessora revolucionária era a Democracia Civil; por pensar que a República seria no Brasil a pseudo-República que é em toda a América Latina. Ver: NABUCO, 1999.

Em primeiro lugar estava à família, resultado do casamento religioso e não do “casamento contrato”, este seria o manancial de virtude, onde o homem deveria ser educado para o trabalho para a sua independência, assim como os anglo-saxonicos, e não como vinha fazendo os brasileiros, instruindo seus filhos “para a vida pública e a caça das posições políticas”,<sup>200</sup> além de predispor este à “herança necessária” o que tendia o herdeiro ao luxo e à preguiça.

Do mesmo modo, a independência seria impossível “sem a abastancia relativa, e os processos mais efficazes que a razão suggere e a prática nos ensina, para conseguirmos essa abastancia, relativa, são os trabalho e a economia”.<sup>201</sup>

Assim, os dirigentes educados a partir da virtude, do trabalho e da economia evitariam a preguiça que é a invalidez dos válidos, e para o luxo, que é o delírio da riqueza, emancipando estes dos vícios geradores da nossa decadência.

O principio vital desta forma de governo é essa virtude, cada vez mais rara, que “consiste em preferir os interesses communs aos particulares, e respeitar igualmente aos direitos individuais. A sua mola central é o suffragio do eleitor, que representa no regimen o soberano do paiz”.<sup>202</sup>

Assim sendo, é certo que,

quando desaparece a *virtude*, a ambição entra nos corações, que a podem ter, e a avareza em todos os outros. Os desejos mudam de objecto; o que se amava já se não ama. Era-se livre com as leis; quer-se ficar livre contra ellas; cada-cidadão é como um escravo escapo da casa do senhor; o que era máxima chama-se rigor; o que era regra chama-se embaraço; o que era atenção chama-se medo. Antes a fortuna particular constituía o thesouro publico; mas agora o thesouro publico torna-se o patrimônio dos particulares.<sup>203</sup>

Preparado por este novo processo, “o nosso povo poderia, depois de três ou quatro gerações, satisfazer a sua illusão ou as suas velleidades siminianas de imitar a America do Norte, sem todavia sacrificar-lhe os seus bigodes e muito menos sua fé”,<sup>204</sup> haja vista que a República apresentava-se como o governo como o ideal do futuro, assim, “para os povos que

---

<sup>200</sup> RODRIGUES, 1906, p.56.

<sup>201</sup> . *Ibid.*, p. 70.

<sup>202</sup> RODRIGUES, 1906, p.155.

<sup>203</sup> *Ibid.*,p. 98.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. 82.

ainda não a podem realizar, em hypothese, prefiro a monarquia no Brazil, porque prefiro o quinino á febre”.<sup>205</sup>

É certo a partir da leitura da “A Republica na America do Sul” (1906) que a República, moralmente falando, só tinha perdido terreno desde 15 de novembro, “não se verificou somente que o país não estava preparado para ela, mas também, o que é talvez pior, que ela não estava preparada para o governo”,<sup>206</sup> e até que esta conseguisse atingir seus verdadeiros objetivos por meio de ações propostas dentro do Projeto de Nação de Coelho Rodrigues era necessário manter o país envolto a Monarquia.

Dessa forma, é perceptível, conforme a lição de Coelho Rodrigues,

que a monarchia teve sua razão se ser, *como a escravidão*; que o tempo de eliminação não chegou; que se for eliminada antes desse tempo, a restauração virá violenta ou que as perigosas conseqüências dessa eliminação serão maiores do que as vantagens mmediatas ou remotas de uma mudança de governo.<sup>207</sup>

Conjugando os contextos o que se vê entre a volta da Monarquia e a instalação da República é um Coelho Rodrigues multifacetário e adepto aos dois regimes de governo, pontuando as vantagens e desvantagens dos dois sistemas de governo para a pátria.

No entanto, propõe para o momento analisado, tendo em vista as necessidades dessa conjuntura, a Monarquia como forma de administrar o país e salvaguardar estes de possíveis prejuízos causados pela falsa República.

Não que esta se apresentasse como a melhor forma de administrar o país, mas dentro das necessidades da época representava a saída mais inteligente e menos prejudicial ao país, que já havia passado por uma monarquia, não haveria uma adaptação ao novo, somente uma aceitação de algumas práticas reformuladas, como por exemplo, uma maior democratização da administração.

Na tentativa de fundamentar essa medida proposta Coelho Rodrigues afirmara que,

só aceito a volta ao passado, como remedio aos males do presente, que me parecem incuráveis pelos meios estabelecidos; mas a restauração da

---

<sup>205</sup> . *Ibid.*, p. 104.

<sup>206</sup> . *Ibid.*, p. 95.

<sup>207</sup> RODRIGUES *loc. cit.*

Regente, a julgar-se pelos seus precedentes, nada aproveita ao paiz e, para restabelecer a sua corte, não vale a pena mudar o *statu quo*.<sup>208</sup>

Destarte, “mantinha o *status quo* por indolência de caracter, ou pelo receio da divisão da pátria, *cuja integridade vale mais do que a sua forma de governo*, e corre sério perigo nesta transição inevitável, mas em todo caso melindrosa”.<sup>209</sup>

Adverte Coelho Rodrigues que estaria provendo, “a restauração, remédio radial [...] como antídoto contra dissolução do Brasil, que, de outro modo”,<sup>210</sup> que parecia inevitável, assim como as das outras nações sul-americanas.

Não seria uma simples volta ao passado acrescenta-se por outro lado que a “restauração não se pode justificar por ela mas apenas por uma necessidade prática das nossas condições internas e externas; porque os princípios fazem tão pouco caso das necessidades passadas e futuras, como as presentes fazem delles”.<sup>211</sup>

No entanto, como adverte Antonio Coelho Rodrigues era preciso cuidado porque como mostra,

se voltarmos sós ao antigo regimen, continuarão as nossas antigas rivalidades com os vizinhos, e ficaremos mais expostos à dominação da America do Norte, que vai tomando tudo do Imperio, menos o nome, enquanto nós outros contentamo-nos com a República, caminhando, sob a ilusão pueril, para a anarquia, o despotismo, já infrene, e a dissolução, inevitáveis, sem o retrocesso immediato. Quando estivermos todos reduzidos a republicas homeopathicas, seremos allopaticamente devorados pelo grande império do Norte.<sup>212</sup>

Destarte, era preciso que as forças do país estivessem voltadas para um único objetivo o bem comum da sociedade, porque o que estava a ser cogitado não era à volta ao *status quo*, que nada adiantaria, mas a implantação de uma Monarquia virtuosa, este seria o único remédio “que se afigura possível, contra a dissolução do Brazil, a Restauração”.<sup>213</sup> Haja vista que uma República para o Brasil, nesse ínterim, seria muito arriscado, era necessário que houvesse um aprimoramento da população quanto ao real sentido dessa forma de governo e dos valores contidos nesta, para que assim, dentro dos princípios éticos e morais

---

<sup>208</sup> RODRIGUES, p. 104.

<sup>209</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p.10.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 104

<sup>212</sup> RODRIGUES, 1906, p. x.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 143.



esta pudesse adentrar as esferas públicas e privadas do país, como um governo do povo e para o povo.

Em síntese Antonio Coelho acrescenta por outro lado que,

entretanto se pudesse ter uma Republica como esta, onde vim matar minhas saudades do governo democrático , que não vi a há onze annos, ninguém lhe quereria mais do que eu, que tanto quero á esta estranha, por ter operado o milagre de fazer do povo menos, numeroso e mais heterogêneo da Europa, o primeiro della, senão de todo o mundo.<sup>214</sup>

E completando seu pensamento afirma ainda acerca da República que esta é “outra voz com que se dá a conhecer a cousa, é tão veneranda, que impõe-se ao respeito até dos anarchistas, e tão amável, que os próprios monarchas procuraram incógnitos a Suissa, para nella regociar o espírito e admirar as maravilhas da liberdade”.<sup>215</sup>

Diante deste quadro dispõe que

quem conhece a verdadeira não se pode accommodar com as de rotulo, e a verdadeira não se faz nas ruas, nos quartéis, nem nos congressos; faz-se no lar educando os futuros governandos e governantes nas escolas, na escola da defesa dos Direitos, e do cumprimento dos Deveres, ou levados aonde elles possam ver de perto e aprender particamente o que Ella é .<sup>216</sup>

O que se vê, portanto, é a desenvolvimento de um discurso que perpassa a ordem republicana proclamada no país, mesmo acreditando nesta como a forma mais pura de administrar o país, ainda não se adequaria a realidade brasileira e os perigos trazidos por ela, segundo enfoca o autor analisado.

Deste modo como se pode perceber o projeto de nação almejado por Antônio Coelho Rodrigues e proposto em sua obra “A Republica na américa do Sul” (1906) esta pautado no desejo de construir sob o palco de permanências e legitimidades, trazendo a luz o verdadeiro caráter de nação brasileira, um conjunto de ação que possibilitasse o Brasil se tornar um Estado-nação, como os demais países da América do Sul.

---

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. 107.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. x.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. x.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvendar o que esta por trás de um escrito a parti da análise das ações dos indivíduos e dos lugares sociais<sup>217</sup> ocupados por estes que protagonizaram a História é abrir novas perspectivas para o estudo da conjuntura vivida, à medida que analisamos e relacionamos as transformações sociais, econômicas e políticas que sucederam a passagem do tempo.

Nesse sentido, inúmeras discussões são travadas e perspectivas são contemporizadas pela historiografia emergente na tentativa de dar novos subsídios a História. Assim, a pesquisa aqui desenvolvida ao propor uma análise acerca da ideia de nação proposta por Antônio Coelho Rodrigues a parti do seu livro “A República na América do Sul” (1906), teve por objetivo mostrar que dentro dos discursos referentes ao Projeto de Nação pensado para o Brasil na transição do Império para a República havia uma série de elementos que definiriam este como possuidor de sua própria história perante as demais nações do globo.

Partindo desta premissa as análises aqui feitas sobre a dimensão teórica metodológica proposta por Antônio Coelho Rodrigues, a partir dos interesses, dos limites, pressões, aspirações e anseios pré e pós proclamação da República, que moveram sua escrita, nos possibilitou visualizar que ao pensar o Brasil o autor, diante de um sistema de governo monarquista, acreditou que a restauração do Antigo Império, por meio de medidas que evitassem volta ao *status quo*, salvaria o país da anarquia, do despotismo e de sua futura dissolução que resultaria na corrupção da República.

Nesse sentido ficou nítido que Coelho Rodrigues é enfático ao pontuar que o Brasil ainda não estava preparado para proclamação da República como sistema de governo, uma vez que para ser implementada esta precisaria de bases sólidas que alicerçassem o modelo de governo instalado, ou, caso contrário, iria à ruína, como de fato foram os primeiros 15 anos de República segundo expôs o autor, deixando clarividente que a República para o Brasil seria um governo para o futuro.

Em suma, a análise do discurso de Antônio Coelho Rodrigues presente em “A República na América do Sul (1906)”, instrumento primordial da pesquisa, permitiu observar, além das visões acima retratadas referentes ao projeto de nação proposto, que este ora se apresenta como um monarquista moderado, ora como um dos muitos monarquistas que se redereira à República, evidenciando ser este além de um sábio conhecedor de sua época um

---

<sup>217</sup>Lugar social conceito proposto por Le Goff. Ver: JACQUES, 2003, p. 17.

sujeito camaleônico, uma vez que reverter-se-ia segundo suas necessidades.

Esta capacidade ímpar desenvolvida pelo autor em análise pode fazer com que este pudesse emitir comentários pertinentes acerca das duas formas de governo, já que vivenciou de perto o funcionamento de ambas.

Dessa forma, pode-se compreender o porquê as discussões de Antônio Coelho Rodrigues serem de fundamental importância para a compreensão da época vivida e retratada por este em sua obra, justificando assim a relevância do estudo aqui travado para a historiografia brasileira.

Compreender esse período tendo em vista as multifacetadas apresentadas por Antônio Coelho Rodrigues é permitir ver este período através de vários ângulos, uma vez que, este ora é apresentado por um Antônio Coelho Rodrigues por um viés monarquista, ora por um apaixonado pelos efeitos que verdadeira República poderia produzir, no entanto desencantado com a “pseudo-República” brasileira, sem falar que é se permitir conhecer extensão da contribuição de suas idéias para a compreensão da História Política do Brasil, assim como para a formação do Estado Nacional Brasileiro, na difícil transição ao Império para a República no Brasil, tendo em vista que, ainda são muito incipientes os estudos que objetivam enquadrar Antonio Coelho Rodrigues, como um dos intelectuais do século XIX que pensaram o Brasil, a partir de um projeto que o identificasse como um Estado - nação.

Assim, percebe-se que ainda existem alguns espaços a serem preenchidos dentro da vasta história de contribuição de Antonio Coelho Rodrigues para o país, o que mostra que o presente ensaio é apenas uma das múltiplas formas de analisar tal contexto. Sendo assim, ainda há um leque de possibilidades para que os apaixonados pela historiografia brasileira desvendem-nas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Chrysippo de. **Direito Civil** – Coelho Rodrigues – e a ordem do silêncio. 1. Ed. Halley S.A Gráfica e Editora.Teresina:2006, p.15.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimentos: a geração 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império**: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866, Tese de Doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002a.

BASBAUM, Leônicio. **História Sincera da República**. Das origens a 1889. 5 Ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1986.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BASTOS, Cláudio Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BOEIRA, Luciana Fernandes, **QUANDO HISTORIANAR É INVENTAR A NAÇÃO**: Uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX. Uberlândia-MG, ano1,n.1, p.86-95, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://met.ilied.ufe.br/pet/amargem/amargem1/estudos/AMARGEM1-E44.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_, **A Contestação da Ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2000, p.32.

COSTA, Emília Viotte da. **Da Monarquia à República**. 8 ed, ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed., 1º reimpressão. São Paulo. Editora Universitária de São Paulo, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 1º Ed, Global Editora: São Paulo, 2007.

JANATTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, 2005.

JUNIOR, Salah H. Khaled; **HORIZONTES IDENTITÁRIOS**. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p.25. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>. Acessado em 07 de agosto de 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. E Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHAES, Bejamin Constant Botelho de. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin\\_Constant\\_Botelho\\_de\\_Magalhães](http://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_Botelho_de_Magalhães)>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

NABUCO, Joaquim. **A abolição da República**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEIXOTO, Floriano. Disponível em: <[http://www.e-biografias.net/floriano\\_peixoto](http://www.e-biografias.net/floriano_peixoto)> Acessado em: 22 de outubro de 2012.

PESTANA, Francisco Rangel. Revista *Nossa História*, ano 2, nº 13, novembro de 2004. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Rangel\\_Pestana\\_](http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Rangel_Pestana_)>Acessado em: 22 de outubro de 2012.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: FMC, 1994.

RIBEIRO, Demétrio Nunes. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Demetrio\\_Nunes\\_Ribeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Demetrio_Nunes_Ribeiro)> Acessado em: 22 de outubro de 2012.

RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de História e Crítica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

\_\_\_\_\_, **Manual do Subdito Fiel**, Cartas de um Lavrador a sua Magestade O Imperador. Rio de Janeiro. 1884.

SANTOS, Rodrigues dos. A. COELHO RODRIGUES. Revista piauiense dos Municípios, Picos, 1978.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.